n. 25, p. 12-49, set.-dez. 2020
ISSN-e: 2359-0092
DOI: 10.12957/revmar.2020.45027

REVISTAMARACANAN

Dossiê

Casa, serviço e memória: origens sociais, carreira e estratégias de acrescentamento social dos governadores-gerais do Estado do Brasil (século XVII)

House, service and memory: social origins, carrer and strategies of social prominence of the governors-general of the State of Brazil (17th Century)

Hugo André Flores Fernandes Araújo*
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em: 03 set. 2019.
Aprovado em: 14 fev. 2020.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Pesquisador em estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Viçosa. (hugoaffa@hotmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-9381-5916 http://lattes.cnpq.br/6421911333060610

Resumo

Nesse texto apresentaremos as trajetórias sociais e a carreira dos fidalgos e nobres portugueses que serviram ao Rei no governo do Estado do Brasil durante a segunda metade do século XVII. Analisaremos as características que compõe o perfil desse grupo, tais como as suas origens familiares, as alianças matrimoniais e estratégias de nobilitação, assim como os diversos tipos de serviços que prestaram a Coroa, tanto no Reino como no Ultramar. Buscamos dialogar com os trabalhos anteriores que trataram do tema e também propor novas questões a fim de avançar os debates, especialmente a luz de nossa contribuição acerca das estratégias de perpetuação da memória objetivando acrescentamento social, reflexão produzida a partir da análise dos relatos e narrativas que projetavam esses fidalgos e suas Casas no cenário imperial.

Palavras-chave: Governadores-Gerais. Estado do Brasil. Trajetórias Sociais. Perpetuação da Memória. Casas Nobiliárquicas.

Abstract

In this text, we will present the social trajectories and the career of the Portuguese fidalgos and nobles that served to the Portuguese King in the ruling of the State of Brazil during the second half of the seventeenth century. We will analyze the features that composed the profile of this group, such as their family origins, marriage alliances, and strategies of nobilitation. We also analyze the many kinds of services that were rendered to the Portuguese Crown, both in the Kingdom of Portugal and in the Overseas. We seek to establish a dialogue with the previous works that dealt with the theme and also propose new questions to advance the debates, especially under the light of our contribution to comprehending the strategies of memory perpetuation seeking social prominence. This particular reflection was produced from the analysis of the reports and narratives that projected these fidalgos and their Houses in the Portuguese imperial scenario.

Keywords: Governors-General. State of Brazil. Social Trajectories. Memory Perpetuation. Noble Houses.

A historiografia sobre o perfil dos governadores-gerais

Na presente análise consideraremos especificamente as informações referentes a nove governadores-gerais que serviram no Estado do Brasil entre 1642 e 1682. Essa delimitação foi feita em função do recorte temporal utilizado em nossa pesquisa de doutorado, na qual analisamos como os governadores-gerais, enviados ao Brasil pela recém-aclamada dinastia dos Bragança, exerceram o poder e modificaram as relações políticas existentes na América lusa. Sendo assim, utilizaremos dados referentes às origens familiares e a trajetória de serviços anteriores e posteriores ao exercício do governo do Estado do Brasil.

Destacaremos as percepções historiográficas acerca do perfil dos governadores-gerais do Estado do Brasil que apresentaram as principais contribuições a esse debate nas duas últimas décadas. O núcleo principal desses estudos foi desenvolvido por Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Francisco Carlos Cosentino. Embora compartilhem de matrizes teóricas e percepções semelhantes sobre a natureza da monarquia portuguesa, os autores possuem interesses de pesquisas diversos dentro dessa temática. Enquanto Nuno Monteiro e Mafalda da Cunha versaram sobre uma larga escala, investigando "a evolução da hierarquia nobiliárquica portuguesa durante a Dinastia de Bragança (1640-1832)", Francisco Cosentino se concentrou sobre as trajetórias sociais e as origens familiares dos governadores-gerais do Estado do Brasil durante o século XVII.[1]

Os resultados apresentados pelos autores portugueses ressaltam a importância fundamental da análise das trajetórias dos governantes das conquistas ultramarinas, uma vez que através destas é possível perceber como funcionavam os mecanismos de remuneração honorífica e distinção social, elementos estruturantes da Monarquia Portuguesa. Na avaliação de Nuno Monteiro sobre o perfil dos governantes ultramarinos, o autor concluiu que

> A análise dos critérios de recrutamento para os principais ofícios da monarquia nunca pode ignorar as características da hierarquização nobiliárquica, e em particular, essa distinção essencial. [...] a escolha dos nomeados e a respectiva remuneração de serviços era balizada e limitada por critérios bem definidos, os quais raramente foram ultrapassados.[2]

---

[1] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII-XVIII. In: MONTEIRO, Nuno G; CUNHA, Mafalda Soares da; CARDIM, Pedro. (orgs.). *Optima pars*: Elites Ibero-Americanas do Antigo regime. Lisboa: ICS, 2005, p. 191 (citação direta); COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no governo geral do Estado do Brasil, 1640-1702. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, ano 173, n. 456, p. 15-44, jul.-set. 2012; COSENTINO, Francisco Carlos C. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português. Governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 33, n. 66, p. 183-207, jul.-dez. 2013.

[2] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 251-252.

Para o autor português, as mudanças ocorridas entre os séculos XVII e XVIII reforçam a percepção de que ocorreu "um claro processo de aristocratização ou elitização dos critérios de recrutamento para o vice-reinado e governos das capitanias brasileiras, [...] visível quer nas principais capitanias, quer na esmagadora maioria das capitanias subordinadas".[3] Nuno Monteiro ainda indica que o fenômeno da "aristocratização" do espaço ultramarino pode ser observado pelo fato de que "mais da metade das 130 casas titulares que existiram em algum momento entre 1640-1810 teve um de seus senhores nesses ofícios ao longo dos séculos XVII e XVIII".[4]

Em consonância com a indicação de Nuno Monteiro sobre a "aristocratização" dos postos de governo, que foi observada em vários níveis da hierarquia da governação (Governo-geral e capitanias), Mafalda Soares da Cunha identificou que a própria distinção entre os tipos de governo apontava para uma "hierarquia política dos territórios", na qual o governo-geral do Estado do Brasil ocupava a posição cimeira, tendo como perfil de providos os membros oriundos da principal fidalguia que orbitava em torno da corte bragantina. No caso dos governos das capitanias principais (Rio de Janeiro e Pernambuco) a autora destaca que esses possuíam uma "prevalência de fidalgos, embora sua origem seja comparativamente menos aristocrática do que para a Bahia, ou até mesmo para outros governos do Atlântico";[5] e por fim as capitanias menores (ou anexas) apresentam um diminuto número de fidalgos e nobres.

Se considerarmos por um momento o quadro geral das nobrezas europeias esses dados ganham um sentido mais evidente. Hamish M. Scott e Christopher Storrs apresentaram uma síntese sobre as dinâmicas e o comportamento das nobrezas europeias dos séculos XVII e XVIII, indicando que a disciplina familiar desempenhou um papel fundamental na sobrevivência de vários dos grupos aristocráticos, pois essa ligava os indivíduos às obrigações de sua Casa nobiliárquica, definindo assim o papel destes em prol da perpetuação e do acrescentamento familiar. Nesse sentido os autores endossaram as conclusões propostas por alguns estudos e finalizaram apontando como ocorreu um progressivo estreitamento da base nobiliárquica europeia e uma crescente restrição aos títulos nobiliárquicos durante o século XVII e XVIII.[6] É curioso notar que nesse sentido o caso português foi uma exceção, pois para Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, o processo observado ao longo dos séculos XVII e XVIII indica que "a base da pirâmide nobiliárquica foi-se alargando cada vez mais, enquanto o topo, pelo menos até meados de Setecentos, se cristalizou progressivamente, com a

---

[3] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 51-67, dez. 2009, p. 72.
[4] *Ibidem,* p. 73.
[5] CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (Século XVII). In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *Modos de governar:* Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 83.
[6] No caso em questão, o capítulo desses autores apresenta uma coletânea de estudos sobre as nobrezas europeias na Idade Moderna, e para sugerir essa conclusão eles apresentam uma síntese dos estudos que compõem a coletânea, uma vez que a obra trata das nobrezas inglesa, holandesa, francesa, espanhola, portuguesa e italiana. Cf.: SCOTT, Hamish M.; STORSS, Christopher. The Consolidation of Noble Power in Europe, c. 1600-1800. In: SCOTT, Hamish M. (ed.). *The European Nobilities in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.* Vol. I: Western and Southern Europe. London: Palgrave Macmillan, 2006.

constituição de uma 'primeira nobreza de corte' claramente circunscrita e homogâmica".[7] Portanto, esses dados nos fornecem os contornos mais gerais sobre o grupo que estudaremos.

A verticalização dessa análise foi feita por Francisco Cosentino que se dedicou a estudar as trajetórias dos governadores-gerais do Estado do Brasil, analisando a relação entre a distinção social proveniente da origem familiar destes fidalgos e as suas trajetórias de serviços. O autor iniciou sua análise a partir das origens familiares, analisando o status social dos pais e avós (paternos e maternos) dos governadores-gerais bem como os respectivos familiares das esposas dos governadores-gerais. A análise feita por Cosentino reforça, em consonância com os estudos de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que os governadores-gerais eram parte de uma fidalguia inequívoca, verificada ao longo de várias gerações. Porém, o estudo de Cosentino aprofunda outras características não contempladas pelos autores portugueses, tais como um elevado número de ascendentes destes fidalgos que possuíam as principais distinções honoríficas da nobiliarquia lusitana (comendas de ordens militares, tenças, senhorios, títulos, alcaidarias);[8] o autor também nota que esses familiares ocuparam posições fundamentais no seio da Coroa, atuando nos principais espaços de decisão política do reino: Conselho de Estado, Conselho de Guerra e Casa Real. Francisco Cosentino também destacou a existência de vínculos familiares diretos e indiretos entre os governadores-gerais, o que reforça um importante componente da análise de Maria de Fátima Gouvêa sobre a organização e funcionamento das *redes governativas* no império ultramarino português.[9]

Cosentino ressaltou como a experiência nos ofícios militares pelo ultramar se constituiu em uma via de acesso aos principais espaços de alta política da monarquia, destacadamente os Conselhos de Estado e de Guerra. Nesse sentido, os apontamentos do autor reforçam a estreita relação entre o contexto político do século XVII que foi marcado por guerras pelo ultramar e no reino, assim como o fortalecimento da noção de "Casa", conceito entendido como um "conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam".[10]

Além destes estudos, que possuem um caráter mais geral sobre o perfil dos governadores-gerais, podemos destacar alguns trabalhos resultantes de pesquisas de mestrado e doutorado que contribuíram com a análise de trajetórias individuais de governadores-gerais, dialogando diretamente com os estudos anteriormente citados. Abordaremos brevemente estes trabalhos seguindo a ordem cronológica de sua produção.

Começamos pelo estudo de Marília Nogueira dos Santos sobre o governo de Antônio Luís Gonsalves da Câmara Coutinho, no qual a autora relaciona a trajetória ultramarina do governador-geral e a experiência adquirida nestes espaços, através da análise das

---

[7] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores... *Op. cit.*, p. 195.

[8] COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no... *Op. cit.*, p. 27-30.

[9] COSENTINO, Francisco Carlos C. Carreira e trajetória... *Op. cit.,* p. 193-194; GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes:* Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 179.

[10] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nomes: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In: MATTOSO, José (dir.). *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. II: A Idade Moderna. Organização de Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 137.

correspondências emitidas por este durante seu governo.[11] A autora demonstra o papel fundamental da comunicação política como elemento de conexão do império português, e ainda introduz de modo pioneiro a questão das redes governativas, destacando a atuação dinâmica dos indivíduos conectados e sua capacidade de transformar a realidade política.

Na sequência temos na dissertação de Caroline Garcia Mendes encontramos um trabalho com questões semelhantes ao de Marília dos Santos, uma vez que autora se dedica a analisar a escrita de cartas durante o governo de Francisco Barreto. Caroline Mendes ressalta a importância do estudo da trajetória deste governador para compreender mais precisamente a sua inserção social e por consequência como isso interferia e moldava suas dinâmicas de governo e comunicação.[12]

Outra importante contribuição surgiu da dissertação de Renato de Souza Alves, na qual o autor explorou em a relação entre a trajetória do Conde de Óbidos e suas ações de governo no Estado do Brasil. Renato Alves trouxe novas contribuições sobre a inserção social e política de D. Vasco Mascarenhas na corte portuguesa, demonstrando a importância das alianças estratégicas e dos vínculos que aproximavam o "conde parente" do monarca.[13]

Por fim, destacamos a tese de Érica Lôpo de Araújo, esse é um dos trabalhos mais recentes que se dedica a aprofundar na investigação entre os paralelos da carreira de serviços do Conde de Óbidos e suas práticas de governo tanto no Estado da Índia como no Estado do Brasil. A autora mapeia as origens familiares e os diversos tipos de vínculos que inseriam D. Vasco Mascarenhas em redes sociais nos vários espaços em que atuou.[14] Como indicamos, todos esses estudos confirmam o perfil dos governadores-gerais que fora anteriormente apresentado, e contribuem para a discussão trazendo novas questões a partir de situações particulares.

É importante destacar também os estudos que se dedicaram a analisar outras partes da América portuguesa têm utilizado essa interface analítica, tanto nas pesquisas que se concentraram no perfil de governadores e capitães-mores de capitanias, quanto nos estudos dos governadores-gerais da Amazônia portuguesa.[15] Neste último caso devemos destacar os

---

[11] Cf*.:* SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693).* 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

[12] Cf*.:* MENDES, Caroline Garcia. *A circulação e a escrita de cartas do governador geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657-1663).* 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, SP.

[13] Renato Alves ajudou a esclarecer a questão da mercê que conferia o título de "conde parente" a D. Vasco Mascarenhas, assim como o tratamento de "amado sobrinho" utilizado pelo monarca nas cartas destinadas ao Conde de Óbidos. O autor demonstrou como esses sinais de distinções eram simbólicos não guardavam uma relação direta com o parentesco familiar. Cf*.:* ALVES, Renato de Souza. *Carreira e Governação no Império Português do Século XVII: o governo do 1º Conde de Óbidos e 2º vice-rei do Estado do Brasil (1663-1667).* 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

[14] Cf.: ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas e governação no Império Português: O caso de D. Vasco de Mascarenhas (1626-1678).* 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

[15] Sobre os governadores, destacamos aqui a tese de Denise Vieira Demetrio sobre os governadores do Rio de Janeiro no final do século XVII, cf*.*: DEMETRIO, Denise Vieira. *Senhores Governadores: Arthur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. Rio de Janeiro, c. 1697 – c. 1702*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Sobre os capitães-mores de Sergipe del Rei, cf.:

trabalhos de Fabiano Vilaça dos Santos, que analisou as trajetórias dos governadores-gerais e capitães-mores do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em um estudo recente o autor realizou a análise do perfil dos governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e do Grão-Pará durante o século XVII, estabelecendo aproximações e comparações com os estudos de Francisco Cosentino.[16]

Portanto, acreditamos que a partir desse breve apanhado acerca do desenvolvimento dos estudos das trajetórias administrativa dos governadores da América portuguesa é possível perceber os principais avanços e caracterizações produzidos nas últimas décadas, o que contribuiu significativamente para uma compreensão renovada sobre a administração e as dimensões do poder no império ultramarino português. Nos tópicos a seguir nos aprofundaremos em alguns pontos centrais do perfil e das trajetórias desses oficiais régios, destacando as particularidades do grupo analisado.

Origens familiares, estratégias matrimoniais e nobilitação

As origens familiares são o nosso ponto de partida, sobretudo por sua centralidade para a presente discussão. Desde já é necessário recordar a importância da fidalguia para essa discussão, uma vez essa era uma condição social transmitida pela via hereditária. Portanto, era entendida como uma distinção social e honorífica de grande importância para uma "sociedade corporativa de Antigo Regime".[17] Nesse sentido, a análise da qualificação social dos pais e avós, dos governadores-gerais e de suas esposas confirma o modo e as estratégias elaboradas para a transmissão destas qualidades sociais. Além disso, o acrescentamento social obtido com o matrimônio aparece como uma importante estratégia das casas nobiliárquicas.

Assim, devemos indicar que o perfil geral dos governadores analisados foi objeto de alguns estudos realizados por Francisco Cosentino, nos quais apontou as principais características sociais dos oficiais de governo serviram no Brasil entre 1640 e 1702. Portanto, é fundamental retomarmos alguns argumentos de Cosentino para que possamos aprofundar outros que resultaram de nossa pesquisa.

SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743).* 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Sobre os capitães-mores do Ceará e do Rio Grande, cf.: OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das capitanias do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755).* 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

[16] Fabiano Vilaça analisa as trajetórias e a atuação política dos governadores-gerais e bispos do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Ver: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte:* Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011; SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1642-1701): apontamentos sobre qualidade social e trajetórias. In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva (orgs.). *Impérios Ibéricos no Antigo Regime:* governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019; e outros.

[17] O direito português assegurava a transmissão de nobreza e fidalguia tanto pela via paterna quanto pela via materna, ao menos desde as Ordenações Manuelinas (1513). MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e... *Op. cit.* p. 136.

Tabela 1 - Ofícios e distinções honoríficas dos familiares dos governadores-gerais e de suas esposas.

Governador (Período de governo)	Conselho de Estado		Casa Real		Alcaidarias		Titulo	
	Governador	Esposa	Governador	Esposa	Governador	Esposa	Governador	Esposa
Antonio Teles da Silva (1642-1647)	X		X		X			
Antonio Teles de Menezes (1647-1650)			X	X				
Conde de Castelo Melhor (1650-1654)	X		X	X	X	X		X
Conde de Atouguia (1654-1657)			X	X		X	X	X
Francisco Barreto de Meneses (1657-1663)				X	X	X		X
Conde de Óbidos (1663-1667)	X			X	X	X		X
Alexandre de Sousa Freire (1667-1671)		X	X		X	X		X
Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-1675)		X		X	X			
Roque da Costa Barreto (1678-1682)								
TOTAL	**3**	**2**	**5**	**6**	**6**	**5**	**1**	**5**

Fonte: COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no governo geral do Estado do Brasil, 1640-1702. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, ano 173, n. 456, 2012, p. 30.[18]

Na **Tabela 1** utilizamos os dados apresentados por Cosentino sobre os familiares dos governadores-gerais e de suas esposas.[19] A presença de pais e avôs em espaços de grande importância como o Conselho de Estado e em ofícios na Casa Real por si só já revela linhagens de elevada qualificação social no cenário reinol. Aliada a isso, a posse de títulos e alcaidarias reforça a posição cimeira desses grupos familiares. De acordo com Pedro Cardim a centralidade dos serviços na Casa Real se deve à "posição favorável para obter um ofício numa das outras casas ligadas à realeza e, também nos demais órgãos palatinos".[20] Isto se verifica, por exemplo, no fato de algumas famílias controlarem o mesmo ofício da Casa Real por mais de dois séculos. A presença no Conselho de Estado reforçava a importância e a influência de poder deliberar sobre as principais matérias políticas do Reino. Além disto, a "proximidade das

[18] Adaptamos nesta tabela os dados apresentados por Francisco Cosentino referentes apenas aos governadores que estudamos. Os dados utilizados por Cosentino para identificar as características do grupo familiar dos governadores-gerais e de suas esposas foram coletados majoritariamente nos genealogistas D. Antonio Caetano de Sousa e Felgueiras Gayo.

[19] A exceção de Antônio Teles da Silva, que morreu sem se casar. Em nossa amostragem ele é o único governador-geral que não se casou. Talvez essa opção esteja associada ao seu ingresso na Ordem de Malta, uma vez que essa ordem possuía um "carácter militar e eclesiástico" com a exigência professar e tomar "votos de obediência, castidade e pobreza". VERSOS, Inês; OLIVAL, Fernanda. Modelos de Nobreza: A ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas. Uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVII.). In: RODRIGUEZ, Manuel Rivero (coord.). *Nobleza Hispana, Nobleza Cristiana:* La orden de San Juan. Vol. 2. Madrid: Polifemo, 2009, p. 1132.

[20] CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Tempo*, Niterói (RJ), n. 13, p. 13-57, jul.-dez. 2002, p. 47.

famílias com os monarcas – no Conselho de Estado ou nos ofícios da Casa Real – permitia acesso privilegiado e condições bem favoráveis de requerer mercês para as suas Casas".[21]

Como a maioria destes oficiais eram secundogênitos, isto é, não eram os sucessores preferenciais de suas Casas, lhes restava como opção de acrescentamento a via matrimonial e a carreira ultramarina.[22] Estas eram alternativas possíveis para aqueles que não optassem pela carreira eclesiástica e pelo celibato, visto que "servir a Coroa nas tarefas militares e administrativas ultramarinas era um direito e um dever do 'vassalo' nobre, morgado ou filho segundo".[23] Vale ressaltar que os constrangimentos jurídicos da cultura política lusitana impunham restrições à transmissão e divisibilidade dos bens das casas titulares, em especial para os bens concedidos pela coroa e pelas ordens militares. Deste modo, como a maior parte dos bens das casas titulares estava sujeita "a regras estritas de indivisibilidade, primogenitura, e masculinidade (eram bens que se transmitiam por *sucessão* e não por *herança*)".[24] Em função disso, a disciplina familiar impunha funções pré-determinadas a todos os membros de uma "Casa". Tanto o casamento como o celibato eram faces diferentes da mesma moeda, estratégias que visavam engrandecer e perpetuar o patrimônio das "Casas".

Nesse sentido, os matrimônios não eram apenas uma política de gestão e proteção do patrimônio das Casas, uma vez que se constituíam também como um caminho efetivo para o acrescentamento de fidalgos e nobres. O exemplo do casamento do 2º. Conde de Castelo Melhor é bem representativo sobre essa alternativa. Rui Mendes Vasconcelos (1º. Conde de Castelo Melhor) era tio-avô de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, que recebeu a sucessão do título de 2º. Conde de Castelo Melhor ao se casar com a neta de Rui Mendes, D. Mariana de Lencastre.[25] Neste caso o 1º. Conde de Castelo Melhor não possuía sucessor varão para o seu título, obtendo a mercê de transmissão do título e o condicionamento desta ao casamento com sua neta, que inicialmente se casaria com Francisco de Vasconcelos e Souza, irmão mais velho de D. João Rodrigues, que faleceu antes do matrimônio.[26] Portanto, esse exemplo ilustra a forma como eram definidos os destinos dos membros de uma "Casa" em razão do

[21] COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no... *Op. cit.,* p. 31.
[22] Em nossa amostragem aqueles que eram primogênitos e sucederam suas casas foram: D. Jerônimo de Ataíde (6º. Conde de Atouguia), Afonso Furtado do Castro do Rio Mendonça (1º. Visconde de Barbacena), Alexandre de Sousa Freire e Roque da Costa Barreto.
[23] RAU, Virgínia. Fortunas Ultramarinas e nobreza portuguesa no século XVII. In: GARCIA, José Manuel (org.). *Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Presença, 1984, p. 29.
[24] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes*: A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998, p. 58.
[25] Deste modo, para suceder o título, D. João Rodrigues teria que satisfazer duas condições: "a primeira, estabelecida por seu tio e transmissor do título Rui Mendes de Vasconcelos, era o casamento com sua neta D. Mariana de Lencastre; a segunda condição, determinada pelo rei Felipe IV, consistia no envio de uma companhia de trezentos homens para Pernambuco, tendo que arcar com as despesas relativas aos soldos destes por seis meses". ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A governação em tempo de guerra: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, p. 37.
[26]. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Chancelarias Régias, D. Felipe III, lv. 33, fl. 233v-236v. (08 out. 1638); lv. 35, fl. 114-116. (23 ago. 1639); SOUSA, D. Antonio Caetano. *História genealógica da casa real portuguesa*. Livro IX. Lisboa: Academia Portuguesa de História; QuidNovi; Publico, 2007, p. 125.

> "estado" que se escolhia para os sucessores, para as filhas e para os filhos segundos era encarado como uma função da casa onde tinham nascido. Aqueles que se destinavam ao matrimónio, principiando pelos presuntivos sucessores, obedeciam à lógica da política de alianças da casa formulada a partir de critérios vários.[27]

Outros casos interessantes relacionados à política matrimonial referem-se aos casamentos do Conde de Óbidos. A obtenção do título de D. Vasco Mascarenhas foi condicionada ao casamento com uma fidalga espanhola. De acordo com Érica Araújo o fato dos irmãos mais velhos de D. Vasco ingressarem na carreira eclesiástica lhe abriu as portas para herdar o patrimônio familiar, fator de suma importância na construção de sua própria casa nobiliárquica.[28] A partir do casamento com D. Jerônima de la Cueva recebeu a mercê do título por concessão de D. Felipe III de Portugal (IV da Espanha), além das mercês de renovação das comendas e alcaidarias que possuía.[29] Ao analisar o fenômeno dos matrimônios mistos entre nobres portugueses e espanhóis, no contexto da União Ibérica, Mafalda Soares da Cunha apontou como a política de construção de uma fidelidade política em Portugal foi aplicada em um grupo restrito e em um momento tardio, no qual o sentimento de insatisfação com as políticas castelhanas já havia cruzado um ponto sem retorno.[30] Após o falecimento de sua primeira esposa, D. Vasco Mascarenhas se casou novamente, desta vez com sua sobrinha D. Joana de Vilhena, filha de D. João de Mascarenhas, 3º. Conde de Santa Cruz e irmão mais velho do Conde de Óbidos.[31] Neste caso a lógica que perpassava o casamento endogâmico era a preservação dos bens familiares. Outros governadores-gerais também se casaram com familiares: o segundo casamento de Antonio Teles de Menezes foi com sua prima e o Conde de Atouguia se casou a primeira vez com sua co-irmã, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça se casou com sua "parente".[32]

Portanto, as origens sociais e as alianças matrimoniais legavam aos governadores-gerais um prestígio social e honorífico capaz de se converter em influência e intermediação de acrescentamentos em prol de suas "Casas".

---

27 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nomes... *Op. cit.,* p. 137.

28 ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas e... Op. cit.,* p. 30.

29 A posição social da esposa ajuda a entender a opção matrimonial uma vez que D. Jerônima de la Cueva e Mendonça era dama da Rainha D. Isabel de Borbon. SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal...* Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1755, p. 428-429. Sobre as mercês de renovação das comendas e alcaidarias de D. Vasco, cf.: ALVES, Renato de Souza. *Carreira e Governação... Op. cit.,* p. 32.

30 Cf.: CUNHA, Mafalda Soares da. Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica. In: CASALILLA, Bartolomé Yun (org.). *Las Redes del Imperio*: Élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons Historia; Universidad Pablo Olavide, 2009. Como observou Érica Lôpo de Araújo, o fato dessas uniões mobilizarem os filhos segundos e, portanto, não sucessores das casas, impossibilitava a fusão de casas nobiliárquicas entre os dois reinos, o que certamente era um atrativo e uma segurança para as Casas envolvidas. ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas... Op. cit.,* p. 32.

31 ALVES, Renato de Souza. *Carreira e Governação... Op. cit.,* p. 49.

32 Antonio Teles de Menezes "casou 2ª vez com sua prima D. Helena de Castro filha de Álvaro da Silva". GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso. Tomo XXVII. Braga: Pax, 1941, p. 28-29. O Conde de Atouguia "Casou duas vezes: a primeira, em 1658, com D. Maria de castro, sua coirmã, que morreu em 1661, filha dos 2os. Condes de Penaguião; [...] a segunda, com D. Leonor de Meneses, já viúva do 1º. Conde de Serém". ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.). *Armorial lusitano*: genealogia e heráldica. Colaboração de Antonio Machado de Faria. 3ª ed. Lisboa: Enciclopédia, 1987, p. 335. O parentesco de Afonso Furtado de Castro não foi especificado pelo genealogista. GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias... Op. cit.,* tomo XX, p. 46.

Para completar essa delimitação inicial do grupo que estamos analisando devemos ainda compreender as marcas de distinção social e honorífica que estes governadores-gerais possuíam. Devemos entender também as clivagens existentes entre a nobreza e a fidalguia portuguesa. Para além da origem fidalga que já foi descrita e exemplificada, devemos atentar também para as especificidades daqueles governadores-gerais que obtiveram títulos nobiliárquicos. Se quisermos reforçar esse dado, basta observar que todos os governadores-gerais de nossa amostragem foram comendadores de ordens militares. De acordo com Fernanda Olival, as comendas eram o tipo de mercê mais procurada nas Ordens militares, sobretudo pela "própria cultura genealógica [que] difundiu e contribuiu para enraizar estas marcas de reconhecimento, potenciando os efeitos honoríficos decorrentes da posse das comendas", ainda que estas não representassem valores econômicos significativos, e por vezes fossem condicionadas a confirmação e à novas solicitações.[33]

De acordo com Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, Portugal era "um reino de nobreza numerosa, e em parte por isso, fortemente polarizada, diversificada e hierarquizada", o que implica na existência de uma hierarquia explícita entre os nobres, associadas a sua titulação.[34] No seio dessa elite titular havia ainda a distinção das Casas com grandeza e aquelas que não dispunham desse status, particularidades de uma sociedade corporativa que distinguia até mesmo entre os seus membros mais distintos. De acordo com a definição apresentada por Bluteau os "grandes de Portugal são os Duques, Marquezes, & Condes, que como os Grandes de Castella, com outras muitas preminencias se cobrem diante Del-Rey", o que significa que a dignidade associada ao estatuto de grandeza implicava em destaque em cerimônias e rituais, bem como na proximidade presencial da figura régia nestas ocasiões.[35]

Na **Tabela 2** compilamos as informações acerca dos títulos conferidos ou prometidos aos governadores-gerais, bem como a natureza do título e as formas de sua transmissão. Essa questão ainda não havia sido explorada pelos trabalhos anteriores que analisaram os governadores-gerais e pode nos auxiliar a entender como as estratégias de acrescentamento honorífico das Casas eram pensadas e desenvolvidas como uma política que frutificava em longo prazo, buscando a perpetuação dos títulos e patrimônios em seus sucessores.

[33] OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001, p. 46; 46-47.
[34] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores... *Op. cit.*, p. 194-195.
[35] BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez & latino:* aulico, anatomico, architectonico... Vol. IV. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesú, 1712, p. 121. (CD-ROM).

Tabela 2 – Características dos títulos nobiliárquicos dos governadores-gerais.

Título	Data	Promessa / Efetivo	Hierarquia nobiliárquica	Observação
1° Conde de Vilar Maior	-	Promessa (1642)	Grandeza	Efetivado em seu Irmão Fernão Teles da Silva em 29/08/1652[36]
1° Conde de Vila pouca de Aguiar	05/08/1647	Efetivado	Grandeza	Não transmitiu ao filho[37]
2° Conde de Castelo Melhor	23/08/1639	Efetivado	Grandeza	Renovado em mais duas vidas[38]
6º Conde de Atouguia	07/06/1645	Efetivado	Grandeza	Transmitiu ao filho
1° Conde de Rio Grande	05/03/1689	Promessa (1678)	Grandeza	Efetivado em sua filha e em seu genro[39]
1° Conde de Óbidos	22/12/1636	Efetivado	Grandeza	Concessão de "juro" aos sucessores[40]
1º. Visconde de Barbacena	19/12/1671	Efetivado	Sem grandeza	Renovado em mais uma vida[41]

Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Chancelarias Régias; GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso. Tomo XX. Braga: Pax, 1940; GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso. Tomo XXVII. Braga: Pax, 1941; SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal...* Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1755.

Um dado bastante esclarecedor sobre a qualidade social dos governadores-gerais que vieram ao Estado do Brasil nesse período é o fato de que 4 destes foram fundadores de Casas nobiliárquicas, isto é, foram os receptores das mercês e das políticas da Coroa de criação de títulos. As exceções se referem a títulos existentes e confirmados pela nova dinastia, com

[36] Como não era casado e nem possuía filhos, António Teles da Silva, indicou seu irmão como herdeiro em seu testamento. RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e... *Op. cit*., p. 45. Antonio Teles da Silva faleceu no naufrágio da embarcação *Nossa Senhora da Conceição,* a mercê foi transmitida a Fernão Teles da Silva. GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias... Op. cit.,* tomo XXVII, p. 20; SOUSA, D. Antônio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portugueza.* Tomo. VII. Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1740, p. 221.

[37] Aires Teles de Menezes era filho bastardo Antonio Teles de Menezes, foi legitimado por determinação régia e teve a promessa de sucessão no título condicionada ao término do período de governo do seu pai no Estado da Índia, contudo não recebeu o título em decorrência do falecimento de Antonio Teles de Menezes durante a viagem de ida ao Oriente português. GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de Família... Op. cit.,* tomo XXVII, p. 28-29.

[38] ANTT. Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 14, fl. 90. (18 fev. 1643).

[39] Francisco Barreto obteve a mercê do título de Conde do Rio Grande para transmitir para um filho ou filha mais velhos (por alvará em 14 de Junho de 1678), sendo que esta ficou mantida sob sigilo na chancelaria e foi concedida a sua filha e seu genro. ANTT. Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, lv. 1, fl. 380. (5 mar. 1689).

[40]. ANTT. Chancelarias Régias, D. Afonso VI, lv. 25, fl. 221. (14 abr. 1663).

[41] ANTT. Chancelarias Régias, D. Afonso VI, lv. 41, fl. 163v. (08 jan. 1672).

destaque para o caso do Conde de Atouguia que recebeu um título que já estava em sua família por quase dois séculos.[42]

Como indicamos anteriormente, alguns destes governadores-gerais haviam recebido o título de nobreza a partir do casamento (Conde de Castelo Melhor e Conde de Óbidos) ou da sucessão familiar (Conde de Atouguia). Entretanto, havia outras possibilidades de obtenção, em decorrência dos serviços prestados: Antonio Teles da Silva teve a promessa do título condicionada ao término de seu governo no Estado do Brasil; o conde de Vila Pouca de Aguiar recebeu o título antes de embarcar para o Estado do Brasil; Afonso Furtado de Mendonça recebeu o título de Visconde de Barbacena tanto como recompensa por sua atuação na guerra da restauração, como pela sua nomeação para o governo do Estado do Brasil.[43]

Dessa forma, as características que observamos nos títulos conferidos aos governadores-gerais estão intimamente relacionadas ao contexto geral do cenário nobiliárquico português no século XVII. Nuno Gonçalo Monteiro e João Paulo Salvado indicaram que entre 1641 e 1700 a coroa criou 26 novos títulos, o que em grande parte está associado à dinâmica da guerra contra a Espanha, tanto pela necessidade de criar vínculos com a base social que apoiava a nova dinastia, quanto pela fração da nobreza titular portuguesa permaneceu na corte espanhola.[44]

A concessão do título nobiliárquico conferia o domínio jurisdicional sobre a terra, assim como várias distinções sociais e direitos nas "encenações de poder", e ainda era acompanhado de uma renda: o assentamento.[45] Conforme indica Antonio Villasboas e Sampayo aqueles que recebiam títulos nobiliárquicos perdiam as mercês de "moradia" e "*em lugar della se lhe faz mercê de assentamento, que he outra espécie de ordenado, que se assenta pelos Titulos, & dignidades das pessoas, & este se lhe dá onde quer que estiverem, ainda que seja fora da Corte*".[46] Como podemos ver, isso implicava em uma quantia significativa: o conde de Vila Pouca de Aguiar recebeu a mercê de assentamento no valor de 102.874 réis anuais.[47] Contudo, reforçando mais uma vez a hierarquização existente dentro da própria nobreza titular, o Conde de Óbidos que era detentor da mercê de Conde Parente, recebia anualmente

---

[42] De acordo com Antonio Caetano de Sousa, o título de Conde de Atouguia havia sido criado em 17 de dezembro de 1448 por D. Afonso VI, sendo o primeiro titular Álvaro Gonçalves de Ataíde. SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Memórias Históricas e... Op. cit.,* p. 299.

[43] Sobre Antonio Teles da Silva, cf.: RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e... *Op.cit.*, p. 30. Sobre o conde de Vila Pouca de Aguiar, cf.: ANTT. Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 18, fl. 268v. (05 ago. 1647). Sobre Afonso Furtado de Mendonça, cf.: ANTT. Chancelarias Régias, D. Afonso VI, lv. 41, fl. 12-12v. (16 jul. 1670); fl. 190-190v. (6 abr. 1672).

[44] Ao final do intervalo 1641-1700, a coroa portuguesa contava com 51 Casas titulares. MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SALVADO, João Paulo. La administración de los patrimônios de las grandes casas aristocráticas en el Portugal del antiguo Régimen. In: RECIO, Raúl Molina (dir.). *Familia y Economía en los territórios de la Monarquía Hispánica.(ss. XVI-XVIII).* Badajoz: Mandalay, 2014, p. 256. Agradeço a Nuno Monteiro por gentilmente ceder uma cópia digital deste artigo.

[45] Utilizamos "encenações de poder" no sentido empregado por Mafalda Soares da Cunha, quando se refere à ritualística envolvida em cerimônias públicas. CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança (1560-1640):* Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000, p. 149-200.

[46] SAMPAYO, António Villasboas e. *Nobiliarquia Portuguesa, tratado da nobreza hereditária e política.* Lisboa: [*S. n.*], 1676, p.163. Grifos nossos.

[47] ANTT. Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 18, fl. 275v. (19 ago. 1647).

270.000 réis de assentamento.[48] Esta diferença significativa é explicada por Sampayo: "porque conforme a mayoria do Titulo se dá o assentamento, & às vezes entre Titulos iguaes he desigual o assentamento, porque aquelles, que tem a prerrogativa de parentes delRey, o tem mayor".[49] Conforme Renato de Souza Alves indicou, o parentesco entre o Conde de Óbidos e a Casa de Bragança era antigo, remetendo à figura de D. Dinis, filho do Fernando II (3º. Duque de Bragança), que deu origem a casa dos Mascarenhas.[50] A diferença hierárquica entre os titulados se torna mais evidente se observamos o valor do "mantimento" concedido ao Visconde de Barbacena, título que não possuía grandeza, recebendo anualmente apenas 50.000 réis.[51] Dessa forma atentamos que compreender as razões para a diferença entre os valores das mercês é um caminho para analisar as nuances que produziam a diferenciação no interior da própria nobreza.

Ao longo deste tópico indicamos como os governadores-gerais faziam parte do principal grupo nobiliárquico da monarquia portuguesa, demonstrando como as origens familiares e as alianças matrimoniais se converteram em nobilitação e distinção social e honorífica. Trata-se sem dúvida de uma elite social, política e econômica que servia o monarca em toda a extensão de seu império. No tópico seguinte exploraremos particularmente a atuação desse grupo na prestação de serviços no reino de Portugal.

Os serviços no Reino

Uma vez que fizemos uma caracterização social do grupo que analisamos, indicaremos agora alguns fatores contextuais que moldaram as práticas de serviço da nobreza portuguesa. Para tanto, consideraremos especificamente o período posterior a aclamação de D. João IV, visto que a maioria dos serviços analisados foram prestados nesse período e em decorrência da mudança dinástica.

Não abordaremos aqui os pormenores e as raízes do descontentamento dos portugueses com a União das Coroas, tema com bibliografia vasta e discussão muito extensa para este espaço. Indicaremos apenas que a insatisfação com o governo dos Habsburgo estava relacionada fatores como a elevada carga fiscal, a constante mobilização de soldados portugueses para atuar nas guerras encabeçadas pela monarquia espanhola, e ainda a exclusão de grande parte da elite lusa do cenário cortesão madrilenho, e por consequência, dos principais ofícios e mercês.[52]

---

48 ANTT. Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 19, fl. 231v. (18 out. 1646). No documento estava indicado que este era o valor que todos os detentores da mercê de Conde Parente receberiam, portanto é possível inferir que o valor que Marqueses e Duques receberiam de assentamento fosse ainda mais elevado.

49 SAMPAYO, António Villasboas e. *Nobiliarquia Portuguesa, tratado... Op. cit.,* p. 163.

50 ALVES, Renato de Souza. *Carreira e governação... Op. cit.,* p. 42.

51 ANTT. Chancelarias Régias, D. Afonso VI, lv. 41, fl. 190-190v. (6 abr. 1672). Segundo indica Antonio Caetano de Sousa, o título de Visconde de Barbacena não possuía *status* de grandeza. SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Memórias Históricas e... Op. cit.,* p. 712.

52 Para um bom panorama sobre a situação do reino de Portugal durante a União Ibérica, ver: ELLIOTT, John H. The Spanish Monarchy and the Kingdom of Portugal 1580-1640. In: GREENGRASS, Mark (ed.).

Ao analisar o contexto iniciado com a ascensão da Dinastia de Bragança ao trono português, Rafael Valladares indicou que o principal fator agregador da base social que apoiou a rebelião portuguesa estava relacionado às políticas castelhanas de exclusão dos principais ofícios políticos de grande parte da fidalguia e da nobreza lusitana. Deste modo, a insatisfação do grupo diante deste cenário se deu a partir da percepção de que "a coroa não iria recuar na sua política de reformas, a 'fidalguia' portuguesa apercebeu-se de que só tinha duas opções: adaptar-se ou revoltar-se".[53] Abordando de modo mais específico os fidalgos que participaram do golpe palaciano de 1° de Dezembro de 1640, Mafalda Soares da Cunha ressaltou traços marcantes do perfil dos envolvidos na aclamação de D. João IV, indicando as motivações e as intenções políticas por traz do grupo:

> nenhum destes fidalgos fez parte das estruturas superiores da governação do reino de Portugal e do seu Império no período filipino. Não pertenciam aos conselhos ou tribunais superiores do reino e os cargos maiores palatinos que alguns envergavam não tiveram tradução em efetivo serviço na corte régia de Felipe IV, mas sim na casa real de Lisboa.[54]

Deste modo, uma parte fundamental do *ethos* da nobreza portuguesa estava associada ao serviço da Monarquia. A centralidade dos serviços para manutenção, sobrevivência e perpetuação das casas foi exaustivamente demonstrada nos trabalhos que analisaram o comportamento da elite titular lusitana, como temos indicado ao longo do texto.

Para analisar os serviços dos governadores-gerais, optamos por dividi-los em dois tipos fundamentais: os serviços no reino e os serviços no ultramar. Dentre os serviços prestados no reino, concedemos destaque à atuação nos Conselhos Governativos, na Casa Real e no Governo das Armas (**Tabela 3**).[55]

Por se tratar de um período de guerra, todos esses governadores-gerais tiveram alguma patente elevada (em geral de Mestre de Campo) e atuaram na guerra contra a Espanha. Como indicaremos ao longo deste texto, a experiência no comando militar esteve sempre presente nas carreiras dos governadores-gerais e se misturava com a própria esfera da governação. Cabe ressaltar que não incluímos nessa tabela os serviços prestados em outros teatros de guerra europeus, o que se deve em parte a escassez de informações sobre o início

---

Conquest and Coalesce: The shaping of the State in Early Modern Europe. London: Edward Arnold. 1991; BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes*. Política, Cultura e Representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000; VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica*, *1580-1640*. Madrid: Arco; Libros, 2000; SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc Olivares (1621-40):* Le conflit de juridictions comme exercice de la politique. Madrid: Casa de Velásquez, 2001.

[53] VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal*: Guerra e restauração, 1640-1680. Lisboa: Espera dos Livros, 2006, p. 44.

[54] CUNHA, Mafalda Soares da. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos.* São Paulo: Alameda, 2009, p. 97-498.

[55] O governo das armas é outra inovação que surgiu com o início da guerra contra Castela, nessa nova arquitetura de poderes "a província é a unidade territorial dos governos de armas, criando-se inicialmente cinco (e depois seis) governos de armas das províncias: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira (depois subdivido), Estremadura, Alentejo, além do governo do reino do Algarve". COSTA, Fernando Dores. *A guerra da Restauração. 1641-1668.* Lisboa: Horizonte, 2004, p. 26-27.

de algumas trajetórias, e o fato desse tipo de experiência não ser frequente entre a fidalguia portuguesa nesse período.[56]

Tabela 3 - Serviços, patentes e ofícios exercidos no Reino.

Governador	Conselho de Estado	Conselho de Guerra	Casa Real	Alcaidaria	Governador de Armas	Outras patentes militares
Antonio Teles da Silva	X	X				X
Antonio Teles de Menezes 1° Conde de Vila pouca de Aguiar	X	X				X
D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa 2° Conde de Castelo Melhor		X		X	X	X
D. Jerônimo de Ataíde 6º Conde de Atouguia	X	X			X	X
Francisco Barreto de Meneses		X		X		X
D. Vasco Mascarenhas 1° Conde de Óbidos	X	X	X	X	X	X
Alexandre de Sousa Freire		X	X			X
Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça 1º. Visconde de Barbacena		X		X	X	X
Roque da Costa Barreto	X	X				X
TOTAL	**5**	**9**	**2**	**4**	**4**	**9**

Fonte: ANTT. Chancelarias Régias; COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no... *Op. cit.,* p. 36; COSENTINO, Francisco Carlos C. Governadores gerais do Estado do Brasil pós-Restauração: guerra e carreira militar. *Varia história,* Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 725-753, jul.-dez. 2012, p. 752-753; COSENTINO, Francisco Carlos C. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português. Governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 33, n. 66, p. 183-207, 2013.

O ofício de governador das armas é um exemplo desse caráter misto dos postos militares com funções de governo. O ofício surgiu diante das necessidades da guerra da restauração, tendo por base as províncias do Reino, nas quais estes cuidavam da governação militar, com jurisdições alargadas pelo contexto da guerra, mas ainda assim com espaço jurisdicional delimitado.[57] Este ofício era o mais elevado dentro da hierarquia militar da

[56] A única referência que encontramos em nossa amostragem foi a atuação de D. Vasco Mascarenhas em Flandres em 1619, sendo este o provável início da carreira militar deste fidalgo, o que lhe propiciou participar das mobilizações espanholas contra os países baixos no conflito que ficou conhecido como a guerra dos trinta anos (1618-1648). ALVES, Renato de Souza. *Carreira e governação... Op. cit.*, p. 29.
[57] HESPANHA, António Manuel. A administração militar. In: BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno S. (dir.). *Nova História Militar de Portugal.* Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 175.

província, submetido apenas às ordens do Conselho de Guerra. O conde de Castelo Melhor esteve à frente do Governo das armas da província de Entre Douro e Minho (1643-1644) e do Alentejo (1645-1646); o Conde de Atouguia governou a província de Trás-os-Montes (1649-1652) e também esteve no Alentejo após ter governado o Estado do Brasil (1659-1662); o Conde de Óbidos governou por duas vezes as armas do Algarve (1641; 1646) e também passou ao Alentejo (1643), por fim, Afonso Furtado de Mendonça governou por um longo período na Província da Beira (1663-1668), mais especificamente no partido de Penamacor. Províncias como o Alentejo, o Minho e o Algarve foram teatros de guerra de importância estratégica, tanto pela posição defensiva quanto pelos recursos disponíveis no território, ao passo que províncias como a Beira e Trás-os-Montes eram espaços secundários e de menor importância no quadro de prioridades defensivas.[58]

A presença dos governadores-gerais nos conselhos superiores é um forte indicativo do reconhecimento da monarquia acerca das experiências de governo e da capacidade de gestão desses oficiais. É importante destacar a centralidade do governo por conselhos na gestão da Monarquia portuguesa e de suas conquistas, pois essa era uma faceta de seu caráter polissinodal de organização. Em outras palavras, "as decisões tomadas em Conselho respeitavam melhor as autonomias, estatutos e interesses das partes envolvidas" isto porque "os Conselhos eram espaços onde pactos eram discutidos, negociados e firmados".[59] Nesse sentido, o Conselho de Estado era tido como "o principal órgão governativo do Reino, ao qual cabia conhecer e opinar sobre todos os assuntos de natureza política".[60] Ou seja, os membros desse tribunal deliberavam sobre a política interna e externa do reino, bem como detinham uma jurisdição superior que lhes conferia a prerrogativa de deliberar sobre consultas feitas por outros conselhos.[61] No caso do Conselho de Guerra, órgão consultivo criado no contexto da guerra da Restauração, tanto a sua jurisdição como a sua função eram mais circunscritas e delimitadas, sendo que "cabiam-lhe muitas das tarefas executivas, de inspeção e de vigilância dos variados aspectos da organização da guerra e também as funções de justiça militar suprema".[62]

Na prática, os Conselhos superiores transcendiam as funções de aconselhar o monarca e formular pareceres, pois permitiam a inserção e a participação da nobreza no governo da

[58] Cf.: HESPANHA, António Manuel. O espaço militar. In: BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno S. (dir.). *Nova História Militar de Portugal.* Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.30; 32-33; p. 30-31.

[59] LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Iustitiam Dare: A Gestão da Monarquia Pluricontinental. Conselhos superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa. (1640-1668)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, p. 183.

[60] GAMA, Maria Luísa Marques da. *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado: Teorização, orgânica e exercício do Poder político na Corte Brigantina.* 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 104.

[61] De acordo com Marcello Loureiro, a atuação do Conselho de Estado reafirmava o caráter polissinodal da monarquia, pois ao apreciar as deliberações de outros conselhos "optava por remeter o assunto novamente para o Conselho de origem (Guerra ou Ultramarino, por exemplo) ou então para outro Conselho ou Tribunal, ainda não envolvido (como Fazenda ou Desembargo)". LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Iustitiam Dare... Op. cit.,* p. 151.

[62] COSTA, Fernando Dores. O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade. *Análise social*, v. XLIV, n. 191, p. 379-414, 2009, p. 385.

monarquia. O assento nos conselhos superiores figurou, portanto, como uma parte importante da trajetória dos governadores-gerais como se pode observar na **Tabela 3**: cinco dos nove governadores-gerais analisados tiveram assento no Conselho de Estado, todos eles fizeram parte do Conselho de Guerra.

O serviço na Casa Real também propiciava oportunidades de exercer poder, influência e intermediação. Como apontamos vários dos governadores-gerais tiveram entre os seus ascendentes e de suas esposas oficiais da Casa Real. Contudo, em nossa amostragem apenas dois governadores figuram como detentores de ofícios na Casa Real. Alexandre de Souza Freire foi Vedor de D. Maria Francisca de Sabóia, um dos ofícios maiores da casa da Rainha.[63] O Conde de Óbidos também atuou em ofícios maiores da Casa Real, sendo Gentil Homem da Câmara de D. Afonso VI e Estribeiro-mor da Rainha D. Maria Francisca de Sabóia. Cabe recordar o que Pedro Cardim indicou sobre o prestígio e a influência dos oficiais ligados à Câmara do Rei, pois esses

> "frequentemente practicão com os Príncipes, [eram] cofres de suas payxoens, moderadores dos seus affectos [...]" e, como tal, gozavam de uma ascendente muito maior do que aqueles que, pelo contrário, mantinham um contacto mediatizado e mais distante com o monarca. Não podemos esquecer que, nesta época, era muito importante a possibilidade de comunicar directamente com a pessoa régia, pois tal podia materializar-se na capacidade de influenciar o arbítrio do rei, assim como na possibilidade de receber recompensas mais avultadas pelos serviços prestados.[64]

Portanto, o serviço na Casa Real implicava em ocupar uma posição de destaque na sociedade cortesã portuguesa, uma vez que estes espaços eram disputados pelos nobres, afinal desfrutavam de contato direto, e em alguns casos de modo exclusivo e privado, da figura do monarca e de outras figuras da família Real. A percepção desenvolvida por Norbert Elias em seu estudo clássico permanece muito pertinente para analisar esses tipos de relação, afinal "o favorecimento do rei é, por conseguinte, uma das oportunidades mais promissoras que as famílias da *noblesse d' épée* têm para impedir o círculo vicioso do empobrecimento provocado por suas despesas de representação".[65] No caso português, essa proximidade significava a sobrevivência e a prosperidade das Casas que sabiam manejar as cartas do jogo cortesão.

Os serviços no Ultramar

Como indicamos no tópico anterior os serviços no Reino representavam um grande potencial para obtenção de honras e acrescentamento social. Contudo, foi na circulação pelas conquistas do império que a maioria das trajetórias e dos patrimônios das Casas foram

[63] SOUSA, D. Antonio Caetano. *História genealógica da casa real portuguesa*. Livro XII. Lisboa: Academia Portuguesa de História; QuidNovi; Publico, 2007, p. 298.
[64] CARDIM, Pedro. A Casa Real e... *Op. cit.,* p. 45.
[65] ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte:* investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 90.

construídos. Isso reflete um dado maior, sobre o comportamento da aristocracia portuguesa, uma vez que "a maior parte das grandes casas aristocráticas portuguesas teve algum dos seus membros num governo das conquistas".[66] Essa característica se deve à organização da estrutura de serviços e às políticas da coroa que incentivaram o engajamento de nobres e fidalgos na expansão do império.

A conjuntura de conflitos por todo o império propiciou aos fidalgos portugueses uma fonte significativa de oportunidades de serviço. Vale recordar o que Charles Boxer indicou em seu ensaio sobre a luta global entre os Portugueses e os Holandeses durante o século XVII, no qual o autor resume o desfecho desses conflitos afirmando que o saldo foi equilibrado com uma "vitória para os Holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e vitória para os Portugueses no Brasil".[67] Os neerlandeses não foram os únicos adversários que os portugueses enfrentaram em suas conquistas ultramarinas, mas certamente foram os antagonistas mais frequentes durante o século XVII. Com efeito, assegurar o controle sobre territórios dispersos pelo globo era uma tarefa que exigia a mobilização constante de Armadas, tanto para reforçar defesas e assegurar a segurança das rotas de comércio, quanto para resgatar e expulsar adversários de outras nações europeias das conquistas e feitorias ultramarinas.

A trajetória de Antônio Teles de Menezes no Estado da Índia foi exemplar nesse sentido, pois antes de receber a nomeação para o Governo-geral do Estado do Brasil, sua lista de serviços em ações navais no oriente chegava a quase 30 anos de experiência.[68] Alguns governadores-gerais participaram das maiores mobilizações navais deste período, como a "Jornada dos Vassalos" (1625), uma expedição formada com o objetivo de reconquistar a cidade de Salvador e expulsar os holandeses do Brasil.[69] A Armada do Conde da Torre (1639) foi um dos maiores esforços militares desse período, pois objetivava reconquistar os territórios ocupados pelos neerlandeses no nordeste do Estado do Brasil. Contudo, esse empreendimento fracassou em razão de falhas de planejamento estratégico e de um grande temporal que dividiu e debilitou as forças que tentaram reconquistar Pernambuco. No caso do Conde de Atouguia vemos que sua experiência na Armada foi posterior ao período de governo na América, pois recebeu a patente de general da armada Real em 1662.[70]

Nesse sentido, como vemos na **Tabela 4**, a experiência nas armadas foi uma parte importante das trajetórias militares ultramarinas, e possibilitava a esses fidalgos adquirirem experiência em várias conquistas. Os casos indicados exemplificam que o serviço nas Armadas

[66] CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores... *Op. cit.,* p. 233.
[67] BOXER, Charles. "A luta Global com os Holandeses (1600-1663)". In: *O Império Colonial Português (1415-1825).* Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70. 1981. p.120
[68] ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A governança em tempo... Op. cit.* p.37-40
[69] Cf.: SCHWARTZ, Stuart. "A jornada dos vassalos: poder real, deveres nobres e capital mercantil antes da Restauração, 1624-1640". In: *Da América portuguesa ao Brasil:* Estudos históricos. Trad. Nuno Mota. Lisboa: Difel, 2003. p.154. António Teles da Silva e D. Vasco Mascarenhas participaram dessa expedição assim como grande parte da elite reinol.
[70] MATOS, Gastão de Melo. *Notícias do Terço da Armada Real (1618-1707).* Lisboa: Imprensa da Armada, 1932. p. 22; 64-65. A expedição de 1639 contou com a participação do D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, D. Vasco Mascarenhas e Francisco Barreto.

foi acompanhado do exercício de postos militares na Ásia e Brasil, em períodos anteriores ao exercício do governo na América-lusa.

Tabela 4- Serviços exercidos no Ultramar.

Governador	**Serviços no Brasil**	**Serviços na Ásia**	**Serviços na África**	**Armadas**
Antonio Teles da Silva	X	X		X
Antonio Teles de Menezes 1° Conde de Vila pouca de Aguiar		X		X
D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa 2° Conde de Castelo Melhor	X			X
D. Jerônimo de Ataíde 6º Conde de Atouguia				X
Francisco Barreto de Meneses	X			X
D. Vasco Mascarenhas 1° Conde de Óbidos	X	X		X
Alexandre de Sousa Freire			X	
Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça 1º. Visconde de Barbacena				
Roque da Costa Barreto				
TOTAL	**4**	**3**	**1**	**6**

Fonte: ANTT. Chancelarias Régias*;* COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no... *Op. cit.,* p. 36; COSENTINO, Francisco Carlos C. *Op. cit.,* 2012b. p.752-753; COSENTINO, Francisco Carlos C. *Op.cit.* 2013.

O exercício de postos de governo foi outro componente fundamental das trajetórias ultramarinas de serviço. Neste ponto temos alguns exemplos interessantes sobre a progressão entre estes tipos de ofício. Francisco Barreto ocupou o governo de Pernambuco durante a fase final da guerra contra os holandeses, e logo em seguida foi nomeado para o Governo-geral do Estado do Brasil em satisfação aos sucessos obtidos na guerra. No caso de D. Vasco Mascarenhas, podemos perceber que este acumulou uma longa experiência no Estado do Brasil, servindo na Bahia em ofícios militares por mais de 10 anos e ocupando interinamente o governo-geral entre 1639-1640.[71] Após este período na América o Conde de Óbidos exerceu alguns ofícios no reino, majoritariamente atuando na guerra da restauração, até ser nomeado

[71] ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas e... Op. cit.,* p. 44-63; ALVES, Renato de Souza. *Carreira e governação... Op. cit.,* p. 29-32.

para o vice-reinado do Estado da Índia.[72] Antônio Teles de Menezes também exerceu o governo do Estado da Índia, porém em caráter interino pelo falecimento do vice-rei Pero da Silva.[73] Alexandre de Souza Freire foi o único governador-geral de nossa amostragem com experiência no norte da África, tendo governado Mazagão entre 1654 e 1658.[74]

Como vemos na **Tabela 4**, tanto Afonso Furtado de Mendonça, quanto Roque da Costa Barreto, não dispunham de experiência ultramarina, seja nas armadas ou em serviços nas conquistas. Isso pode estar associado principalmente ao fato da carreira de ambos fidalgos ter sido forjada nas batalhas da guerra da restauração.[75] E ainda é possível sugerir que esses governadores-gerais não gozavam do mesmo status social de alguns de seus antecessores, que estiveram diretamente envolvidos na Aclamação de D. João IV e que eram detentores de títulos nobiliárquicos com Grandeza. Afinal, como temos demonstrado vários desses fidalgos já estavam engajados em serviços militares durante a União Ibérica (1580-1640).

Com efeito, é possível perceber que os tipos descritos de experiência no serviço do Rei eram fatores de relevância para o acrescentamento social destes fidalgos, e ainda concorriam tanto para a promoção hierárquica, como para a nomeação para o governo do Estado do Brasil.

É possível perceber que a experiência ultramarina de serviços ao Rei não só revela um traço *sui generis* da aristocracia de corte portuguesa, mas também expressa uma característica fundamental da "monarquia pluricontinental". Visto que o esforço da Coroa em estimular que as casas nobiliárquicas servissem em postos de governo no ultramar se converteu em um dado verificável para a maioria das Casas portuguesa, como Nuno Monteiro apontou em vários de seus estudos. Isto reforça a percepção que a elite política reinol dependia materialmente das rendas das conquistas, pois através dos serviços prestados no ultramar conseguiam obter os meios para a sobrevivência e manutenção do status de suas Casas.[76]

---

[72] O conde de Óbidos foi nomeado como vice-rei do Estado da Índia e ocupou este governo entre 1652 e 1653 (cerca de 13 meses), quando um segmento de fidalgos descontentes com as impopulares políticas implantadas por D. Vasco Mascarenhas, depuseram o vice-rei e o enviaram para Lisboa. DISNEY, Anthony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire:* From Beginnings to 1807. Vol. II: The Portuguese Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 170; ARAÚJO, Érica Lôpo. *Práticas políticas e... Op. cit.,* p. 155-165. D. Vasco Mascarenhas também recebeu uma mercê que lhe conferia o direito de nomear alguém para servir na capitania da Fortaleza de Diu no Estado da Índia. ANTT. Chancelarias Régias, D. Afonso VI, lv. 21, fl. 166. (12 mar. 1663).

[73] ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A governança em tempo... Op. cit.,* p. 39-40. Antônio Teles de Menezes também governou a fortaleza de Diu em duas ocasiões, 1622 e 1633. ANTT. Chancelarias Régias, D. Felipe III, lv. 3, fl. 136-136v. (15 mar. 1622); lv. 26, fl. 119. (26 fev. 1633).

[74] ANTT. Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 25, fl. 88v. (30 dez. 1652).

[75] A carreira de ambos consistiu basicamente no serviço das armas nas fronteiras do Reino durante a guerra da Restauração (1641-1668), atividade em que lograram ascensão hierárquica que culminou nas respectivas nomeações para o Estado do Brasil. Afonso Furtado de Mendonça faleceu durante seu governo do Estado do Brasil (1675). Ao retornar ao reino, Roque da Costa Barreto recebeu comendas e outras mercês que geravam renda, mas até onde pudemos perceber não exerceu outros ofícios militares ou de governo até sua morte em 1696. COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII):* Ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig, 2009, p. 189-199.

[76] FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia Pluricontinetal e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 14, n. 27, p. 36-50, dez. 2009, p. 43.

Perpetuação da memória

Por fim, é importante recuperar a forma como esses serviços foram utilizados para elaborar e perpetuar a memória sobre a atuação desses governadores-gerais. Encontramos usos e finalidades diversos, ainda que a matéria prima da construção das narrativas tenha em sua grande maioria uma fonte comum: impressos que continham a descrição de sucessos militares ou feitos de grande valor que notabilizavam esses fidalgos e os tornavam exemplares.

É importante ressaltar a particularidade do uso de narrativas impressas como estratégia de perpetuação da memória. Trata-se de um tipo documental criado para fazer circular a informação em uma esfera mais ampla, muito diferente portanto da documentação que citamos anteriormente que tinha função comprobatória e sua circulação era restrita aos conselhos da monarquia. Entendemos que essas fontes impressas são permeadas de interesses e sua capacidade de alcançar um público maior foi explorada por aqueles envolvidos em sua produção e divulgação.

Organizamos as fontes trabalhadas nesse artigo em três grupos: as "relações de sucesso", conjunto de escritos breves e objetivos que descrevem eventos e fatos tidos como relevantes; as narrativas históricas, em geral obras em forma de livro que continham um volume maior de páginas e um estilo narrativo mais descritivo; e os elogios fúnebres, compostos por gêneros textuais específicos como os panegíricos e as exéquias, destinados a exaltar o defunto como personagem exemplar.

Começaremos pela análise de um dos relatos mais antigos de nossa amostragem, a narrativa sobre a recuperação de Salvador em 1625. A *Jornada dos Vassalos* do Padre Bartolomeu Guerreiro guarda muitas semelhanças com as "relações de sucesso", mas seu volume é significativamente maior. A narrativa apresenta uma clara intenção política, intimamente associada com o crescente contexto de insatisfação portuguesa diante das políticas do Conde Duque de Olivares. Nessa relação, vemos que o engajamento de grande parte da fidalguia portuguesa nessa expedição foi destacado, bem como as contribuições financeiras de vários portugueses para viabilizar a expedição.[77] O evento da retomada de Salvador foi um sucesso militar estrondoso e "ninguém que tenha prestado serviço nas tropas vitoriosas deixou, desde então, de mencionar seus serviços para obter recompensas ou favores".[78]

Nesse ponto é importante destacar que os indivíduos que figuram nas relações tem o interesse de se associar aos sucessos descritos nas narrativas, tendo na circulação dessas

[77] GUERREIRO, Pe. Bartolomeu. *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal, pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos holandezes, a oito de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625.* Lisboa: por Mattheus Pinheiro: impressa à custa de Francisco Alvarez livreiro, 1625. Disponível em: http://purl.pt/17352. Acesso em: 22 nov. 2016. O relato menciona nominalmente a participação de diversos fidalgos, dentre os quais Antonio Teles da Silva e D. Vasco Mascarenhas são mencionados pontualmente.
[78] SCHWARTZ, Stuart. A jornada dos vassalos… *Op. cit,* p. 144-145.

histórias um meio de destacar suas ações, o que com frequência favorece a reivindicação de novas mercês:

> Mencionar o nome dos oficiais que atuassem a favor de suas Coroas, assim, era fundamental em um momento em que tornar públicas essas ações poderia significar mercês e honras. Fazendo parte de uma sociedade que também se movia pela aparência e pela prestação de serviços ao rei, encontramos nos papéis de notícias diferentes menções a comandantes e suas realizações, ferimentos e ousadias nas descrições das batalhas em que se encontravam.[79]

Durante a guerra da restauração houve um intenso esforço de propaganda a fim de veicular as notícias sobre as vitórias obtidas pelos portugueses contra os castelhanos. De acordo com Fernando Dores Costa a estratégia propagandística tinha objetivos claros para a política interna e externa, de modo que no cenário europeu o "objetivo era contrariar as versões que o poderoso inimigo divulgava nesses países", ao passo que em Portugal esta exercia um "papel de moralização que se confundiu frequentemente com o da promoção dos chefes militares envolvidos nas operações" [80]. As "relações de sucesso" foram um tipo textual muito difundido nesse cenário.[81] Alguns dos fidalgos que analisamos atuaram intensivamente nos primeiros anos da guerra e foram personagens retratados em algumas dessas relações impressas. Aqueles que foram governadores de armas no Reino figuravam nessas narrativas como heróis e exemplos de inspiração que serviam aos interesses de mobilização e de construção de uma imagem ideal dos vassalos que lutavam em nome do rei. Nesse sentido, temos relações sobre batalhas e incursões militares que narram as ações do Conde de Castelo Melhor, do Conde de Óbidos, Afonso Furtado de Mendonça e Roque da Costa Barreto.

O Conde de Castelo Melhor protagoniza algumas relações do período em que foi governador da Província de Entre Douro e Minho.[82] É interessante observar como Castelo Melhor é descrito agindo como governador das armas. A narrativa da *Relaçam verdadeira da entrepreza da Villa da Barca...* inicia ressaltando o desejo de D. João Rodrigues de "castigar o atrevimento, comque o inimigo passou da Villa da Barca a querer ganhar a praça da Villa nova de Serveira".[83] Posteriormente o relato descreve o animo do governador das armas nos preparativos do cerco: "Chegou nesta mesma noite o Conde à mesma praça de vila nova, porque não lhe sofre o animo deixar de estar prezente, quando se a de obrar qualquer facção

[79] MENDES, Caroline Garcia. As relações de sucesso e os periódicos da Península Ibérica na segunda metade do século XVII: imprimir, vender e aparecer nos materiais de notícias sobre a guerra. *Revista Cantareira,* Niterói (RJ), n. 30, p. 44-57, jan.-jun. 2019, p. 52.
[80] COSTA, Fernando Dores. *A guerra da Restauração... Op. cit.,* p. 56.
[81] Cf.: SARAIVA, Daniel M. P. As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668). In: LÓPEZ, Jorge García; CABARROCAS, Sònia Boadas. (coords.). *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna*. Barcelona: Univesitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions; Bellaterra, 2015, p. 327-328.
[82] *Relaçam verdadeira da entrepreza da Villa da Barca no Reyno de Galliza obrada pelas armas delRey nosso Senhor governadas pello Conde de Castelmelhor Joaõ Rodrigues de Vasconcelos & Souza, na Provincia de Entre Douro, & Minho, em tres de Março de 1644*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. Disponível em: http://purl.pt/12519. Acesso em: 28 out. 2018; ARAUJO, João Salgado de. *Successos victoriosos del exercito de Alentejo, y relacion summaria de lo que por mar, y tierra obraron las armas portuguesas contra Castilla el año de 643*. Lisboa: Paulo Craesbeck, 1644. Disponível em: http://purl.pt/12518. Acesso em: 28 out. 2018.
[83] *Relaçam verdadeira da... Op. cit.*, fl. 1.

destas,& aly deu as ordens por escrito que lhe parecerão necessárias ao mestre de campo".[84] A relação apresenta o Conde de Castelo Melhor como um comandante preparado, eficiente e preocupado com seus homens, como se observa no desfecho da narrativa:

> O Conde assistio todo este tempo nas muralhas de Villa Nova, vendo o que se obrava na campanha de Galliza, & de lá mandou desparar a artelharia às vezes que lhe pareceo necessário, mandando acudir a tudo o que lhe parecia conveniente, tanto na passagem dos barcos, como na gente que guarnecia a trincheira do rio para favorecer a nossa que se retirava. Dezembarcou o mestre de campo, officiaes, & soldados q com elle vinham, & o Conde foi esperar à Veiga de Vila Nova, donde o abraçou, & aos mais q com elle vinham com o gosto q se deixa ver por tão sinalada vitoria, & venturoso sucesso, desejando muito poder pagar o que vio obrar a taes officiaes, & soldados, com grandes obras, como merecia seu valor, mas elles Sam taes, q o premio q lhe pede por esta ocasiam he q lhe dê logo outas muitas, em que possam mostrar o desejo, & gosto com q serve a S. Magestade nesta fronteira depois, q elle governa as armas della. [...] Esperase que traz este bom sucesso se sigam outros tão felices, pelo valor, & governo com que esta fronteira he governada pela pessoa do Conde.[85]

Enquanto a atuação de Castelo Melhor como governador da província de Entre Douro e Minho foi celebrada, o mesmo não se pode dizer de sua passagem pela província do Alentejo, tida como infrutífera, tanto pelas tentativas fracassadas, como pela resistência ao seu comando o que aparentemente inviabilizava que obtivesse êxitos nas operações que planejou.[86] O Conde de Óbidos foi mencionado em uma relação durante sua passagem pelo Alentejo, destacando as ações em que participou como o comando ao mal fadado cerco à Badajoz, sendo que o relato ameniza a forma como Óbidos foi retirado do comando do cerco, tido como mal calculado e ineficiente:[87]

> en la segunda noche llego correo com orden, que el Conde de Obidos fuesse a Evora, y el Maestre de Campo General Juane Mendez de Vasconcelos, y que Mathias de Alboquerque sin Maestre de Campo General governasse el exercito, que servia de soldado en una Compañia. Donde se puede advertir contra los que ponen alguna nota a los Portugueses de poco obedientes en la milícia; lo uno quando vemos la con que el Conde de Obidos, señor tan illustre del Reyno obedecio sin replica amobido del govierno general de un tan gran exercito, en guerra viva, y en campaña del enemigo.[88]

Vale ressaltar que apesar dos fracassos estarem presentes nas narrativas, as relações apresentam o cuidado de preservar a imagem dessas figuras ilustres, ressaltando até mesmo valores como a obediência. Outro ponto digno de nota é que apesar de fracassos ou atuações

---

[84] *Relaçam verdadeira da... Op. cit.*, fl. 2.
[85] *Ibidem,* fls. 5v-6v.
[86] MATOS, Gastão de Melo. *Notícias do Terço... Op. cit.,* p. 41. O conde da Ericeira descreve como os preparativos de sítio e assédio a Badajoz foram frustrados, indicando que nem todo zelo e segredo na articulação da operação eram suficientes, pois "não há segurança contra a malícia dos homens", uma alusão a possível sabotagem interna que comprometeu toda a ação planeja por Castelo Melhor. MENEZES, D. Luíz de (Conde da Ericeira). *História de Portugal Restaurado.* Tomo II. Lisboa, 1759. p.110-113. Fernando Dores Costa também reforça a percepção de que o Conde de Castelo Melhor foi sabotado por adversários inseridos no exército que comandava. COSTA, Fernando Dores. *A guerra da Restauração... Op. cit.*, p. 61.
[87] ARAUJO, João Salgado de. *Successos victoriosos del... Op. cit.*
[88] *Ibidem*, fl. 5v-6. Cf.: COSTA, Fernando Dores. *A guerra da Restauração... Op. cit.*, p. 54-55.

inexpressivas nessas ações, alguns nobres souberam manejar sua imagem e continuaram a atuar em outros postos de comando.

Durante os anos decisivos da guerra (1657-1665), Afonso Furtado de Mendonça esteve em algumas das principais vitórias portuguesas. Como vemos em uma relação de 1659, quando este ocupava o posto de General da Artilharia e contribuiu com a vitória da Batalha das linhas de Elvas.[89] Afonso Furtado também participou da Batalha do Ameixal (1665), tida como um dos confrontos decisivos da guerra, atuando nessa ação como Governador das Armas na Província da Beira no partido de Penamacor/Castelbranco.[90] Outro envolvido nessa batalha decisiva foi Roque da Costa Barreto, que também figura na mesma relação, com descrições de sua participação como Tenente General.

Como vimos, esses relatos impressos apresentam a atuação dos fidalgos como parte das narrativas de sucessos obtidas sobre os espanhóis. Esses relatos apresentam um claro objetivo de retratar o desempenho das armas portuguesas, e de modo indireto concedem algum protagonismo aos oficiais militares que se destacavam, esses gêneros textuais buscavam inserir esses fidalgos no imaginário como heróis exemplares. Nesse sentido, vale recuperar a proposição de Roger Chartier para compreender melhor como as representações construídas por esses fidalgos "são sempre determinadas pelos interesses de grupo", pois essas narrativas eram produzidas para o cenário cortesão, entendido aqui como um campo de concorrências e competições, no qual esses fidalgos disputavam a capacidade impor "a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio".[91]

Os relatos da guerra contra os holandeses em Pernambuco apresentam uma narrativa que combina intenções políticas e laudativas, buscando ressaltar a participação dos líderes da insurreição no sucesso que levou a restauração de Pernambuco. Narrativas como a *História da Guerra de Pernambuco* de Diogo Lopes Santiago, o *Valeroso Lucideno* de Manuel Calado, e o *Castrioto Lusitano* do Padre Rafael de Jesus, são exemplos de relatos extensos sobre o cotidiano da guerra e dos sucessos do movimento restaurador.[92] Alguns dos governadores-gerais que analisamos figuram nessas descrições, embora de modo episódico e pontual, uma vez que a ênfase pretendida pelas narrativas era justamente apresentar a restauração como sendo obtida "a custa de sangue, vidas e fazendas" dos moradores de Pernambuco que

---

[89] BACELAR, António Barbosa. *Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto alto, & poderoso Rey D. Affonso VI. em 14. de Janeiro de 1659. contra as de Castella, que tinham sitiado a praça dªElvas...* Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck, 1659. Disponível em: http://purl.pt/12516. Acesso em: 28 out. 2018.

[90] *Relacion verdadera, y pontual, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el exercito del Rey de Portugal, de que es capitan general Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva... contra el exercito delRey de Castilla, de que era capitan general el Marquez de Caracena, el dia diez y siete de Junio de 1665. con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Olivera, 1665. Disponível em: http://purl.pt/12106. Acesso em: 21 nov. 2016; SANTO, Gabriel do Espírito. *Restauração:* 1640-1668. Lisboa: QuidNovi, 2008, p. 122.

[91] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 2002, p. 17.

[92] SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco.* Recife: CEPE, 2004; CALADO, Fr. Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade.* Lisboa: Por Paulo Craaesbeeck, 1648. Disponível em: https://archive.org/details/ovalerosoluciden00cala. Acesso em: 12 abr. 2015; JESUS, Pe. Fr. Raphael de. *Castrioto Lusitano ou Historia da Guerra entre o Brazil e a Hollanda. Durante os annos de 1624 a 1654...* París: J. P. Aillaud, 1844. Disponível em: https://archive.org/details/castriotolusitan00rafa. Acessado em: 12 abr. 2015.

lutaram na guerra.[93] Portanto, no caso de António Teles da Silva, António Teles de Menezes e do Conde de Castelo Melhor, que apesar de atuarem em momentos vitais da guerra, tiveram suas ações minimizadas ou até mesmo desconsideradas.[94] Francisco Barreto figura um pouco mais nestes relatos do que os governadores-gerais, uma vez que era o comandante "oficial" da guerra, nomeado como Mestre de Campo Geral do Estado do Brasil, mas ainda sim seu papel aparece minimizado diante das ações dos integrantes do "Panteão Restaurador", João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.[95]

Os governadores-gerais tiveram um pouco mais de espaço nas "relações", gênero textual semelhante ao que descrevemos anteriormente sobre a guerra da restauração.[96] Esses relatos possuíam um fôlego textual mais curto e uma narrativa descritiva, tratando de batalhas e momentos pontuais do conflito. Nesses textos as ações de Francisco Barreto receberam um destaque mais significativo, como em algumas relações.[97] Os sucessos conquistados e a divulgação dos mesmos contribuíram para o sucesso de Francisco Barreto, que dentre os restauradores de Pernambuco certamente foi aquele que obteve as maiores recompensas honoríficas. Vale ressaltar que trajetória bem sucedida de Francisco Barreto foi ancorada

---

[93] Como indicamos em um trabalho anterior, a participação do governo-geral no esforço de restauração foi minimizada, tanto pela construção coetânea da imagem do movimento restaurador, como pela historiografia subsequente que não atentou para o apoio que os governadores-gerais prestaram aos insurgentes. Poderíamos ainda recordar que a atuação dissimulada de Antonio Teles da Silva ajudaria a construir um cenário favorável para a insurreição, bem como suas ações que visavam subornar alguns oficiais neerlandeses para que desertassem e entregassem as fortificações que ocupavam. Ver: ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A governança em tempo... Op. cit.;* ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes Amigos fingidos e inimigos encobertos: O governo geral e a insurreição pernambucana (1642-1645). *Prohistoria,* año XVII, n. 21, p. 27-53, ene.-jun. 2014.

[94] Essa minimização em parte pode estar associada aos interesses que permearam a produção dos relatos, como no caso da obra *Valeroso Lucideno* a qual tem estreita ligação com os interesses de João Fernandes Vieira, figura que tem protagonismo no relato. Cf.: SILVA, Kleber Clementino da. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul.* 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 42.

[95] É importante ressaltar que estas narrativas trazem à tona a resistência que o comando luso-brasileiro ofereceu a introdução de Francisco Barreto como oficial superior do exército de Pernambuco. Diogo Lopes Santiago comenta o episódio em que o governo-geral teve que ordenar ao movimento insurgente que aceitasse e reconhecesse a autoridade de Francisco Barreto no comando geral da guerra, ao que o autor relata que "Pernambuco não tomou isto a bem porque requeria a terra pessoa mais experimentada nela e prática no estilo da guerra daquela campanha". SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra... Op. cit*., p. 479. A expressão "panteão restaurador" é utilizada por Evaldo Cabral de Mello para analisar a construção da memória e os usos políticos que as gerações posteriores, principalmente o nativismo, fizeram sobre as figuras que se consagraram como responsáveis pela restauração de Pernambuco. MELLO, Evaldo Cabral de. No panteão restaurador. In: *Rubro veio:* O imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed.(revista). São Paulo: Alameda, 2008.

[96] Este é o caso de outra "relação" que trata especificamente das ações do Conde de Castelo Melhor: *Relação dos Sucessos da Armada, que a Companhia Geral do Comércio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649 de que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor*. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 158-166.

[97] *Relación de la Victoria que los portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compañia del Brasil em los garerapes a 19 de Febrero de 1649*. Traducida del Aleman. Publicada en Viena de Austria. Ano 1649". In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 153-157; *Relaçam diária do sitio e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de Campo General do Estado do Brasil & Governador de Pernambuco.* Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 187-212; *Breve Relaçam dos últimos sucessos da guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, & mais praças que os Olandeses occupavão naquele Estado.* In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 167-186.

principalmente na restauração de Pernambuco, o que propiciou sua ascensão social com o silenciamento de sua origem ilegítima, lhe permitiu subir ao governo de Pernambuco e em seguida ao governo-geral do Estado do Brasil, e ainda obter e legar a nobilitação para a sua filha, a 1ª Condessa do Rio Grande.[98]

O exemplo mais claro que encontramos do uso dessas narrativas impressas foi feito pelo conde de Castelo Melhor. Inferimos que este nobre utilizou de uma relação e de uma peça de teatro para construir e consolidar sua imagem perante o cenário cortesão, o que não só o colocava em evidência, mas também engrandecia o capital simbólico agregado a sua casa. Este é o caso da novelesca relação feita por Jorge de Carvalho (1642) e da comédia teatral "*La desgracia más felice*" (1645).[99] Ambas narrativas retratam a participação do Castelo Melhor na Armada do Conde da Torre, descrevendo como o infrutífero ataque aos holandeses em Pernambuco foi frustrado por uma tempestade que dispersou parte da Armada, levando Castelo Melhor e outros portugueses para Cartagena das Índias. Enquanto estava nestes territórios da Coroa espanhola o Conde de Castelo Melhor recebeu a notícia sobre a aclamação de D. João IV. Foi preso por rumores de que intentaria sublevar a cidade em favor do novo rei português, e ainda foi acusado de planejar o sequestro da frota que transportava a prata americana.[100] A liberdade de D. João Rodrigues foi obtida através da combinação do apoio régio e do dispêndio de sua própria fazenda, administrada por sua esposa. As narrativas foram produzidas nos anos iniciais da ascensão de D. João IV ao trono português, e refletem por um lado o esforço propagandístico da nova dinastia, retratando como o monarca soube recompensar o fiel vassalo que se arriscou e passou por diversos infortúnios para manifestar sua lealdade ao rei recém-aclamado; por outro lado, constroem a imagem de Castelo Melhor como um vassalo decido, inabalável em sua lealdade e até mesmo piedoso com seus traidores, um exemplo de bom cristão.[101] Certamente, a memória construída acerca da atuação de D. João Rodrigues se perpetuou e foi tida como uma parte da série de histórias que compõe os

---

[98] MENDES, Caroline Garcia; COSENTINO, Francisco C. "Ele valia um exército...". Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado do Brasil. *LPH. Revista de História,* Ouro Preto (MG), ano 20, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 257-311; VAINFAS, Ronaldo; MOTTA, Marcia. Morgadios coloniais entre a nobilitação e o mercado: Trajetória e patrimônio de Francisco Barreto de Menezes, restaurador do Recife. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 123-147, jan.-abr. 2020.

[99] CARVALHO, Jorge de. *Relação Verdadeira dos Sucessos do Conde de Castel Melhor. Preso na cidade de Cartagena de Índias, & hoje solto, por particular mercê do Céo & favor Del Rey Dom João IV nosso senhor.* Lisboa: [*S. n.*], 1642; BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO (BN-RJ). Setor de Obras Raras, doc. 60B, 3, 34; ALMEIDA, António de. *La desgracia más felice. Comedia del caso del conde de Castel Melhor, en Indias*. *Oferecida a la señora condesa de Castel Melhor*. Lisboa: Por Pablo Craesbeeck, 1645. Disponível em: http://www.cet-e-seiscentos.com/obras. Acesso em: 08 jun. 2018. José Javier Rodríguez Rodríguez analisa especificamente essa comédia, indicando como o teor apologético da narrativa enaltecia a figura do Conde de Castelo Melhor e ao mesmo tempo servia como um texto político em prol da Restauração, funcionando também como um relato exemplar sobre o que se esperava de um vassalo fiel ao novo monarca. RODRÍGUEZ, José Javier R. De la relação a la comedia: La desgracia más felice (1645), de António de Almeida. *Criticón* [Online], n. 116, p. 69-90, 2012.

[100] SCHWARTZ, Stuart. Pânico nas Índias: a ameaça portuguesa ao império espanhol, 1640-1650. In: *Da América portuguesa ao Brasil:* Estudos históricos. Lisboa: Difel, 2003.

[101] João Pedro Gomes explora o contexto desses acontecimentos indicando como as narrativas do episódio foram utilizadas politicamente para a construção de uma imagem da comunidade portuguesa nos primeiros anos do reinado de D. João IV. GOMES, João Pedro. Os portugueses de Cartagena das Índias e a Restauração: O resgate de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor. *Revista 7 mares,* Niterói (RJ), n. 5, v. 3, p. 10-27, dez. 2014.

primeiros anos do reinado de D. João IV. Vinte e um anos depois da morte do 2º Conde de Castelo Melhor, em 1679, o Conde da Ericeira retratou o mesmo episódio das narrativas da fuga de Cartagena, seguindo o mesmo tom apologético no primeiro tomo de *História de Portugal Restaurado.*[102]

Como indicamos anteriormente, em decorrência dessas ações o Conde de Castelo Melhor recebeu várias mercês, como a renovação do título em mais duas vidas, uma comenda de mil cruzados, além do assento no Conselho de Guerra e o posto de Governador das Armas da Província de entre Douro e Minho.[103] A estratégia de D. João Rodrigues para o engrandecimento de sua Casa logrou resultados que provavelmente superavam qualquer expectativa, visto que seu filho e herdeiro D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sucessor no título de 3° Conde de Castelo Melhor, experimentou uma rápida ascensão hierárquica na corte como reposteiro-mor e posteriormente como escrivão da puridade, o ministro mais importante do Reino e valido do rei Afonso VI.[104] Este exemplo de construção ativa de uma memória nos indica como alguns desses atores sociais compreendiam a realidade em que estavam inseridos, se posicionando e efetuando escolhas que maximizavam as possibilidades de alcançar novos recursos materiais e simbólicos. Neste ponto, devemos recuperar as proposições de Fredrik Barth sobre a forma como os indivíduos se posicionavam perante a sociedade em que estavam inseridos. De acordo com Barth o posicionamento e as escolhas são produtos da racionalidade parcial de cada indivíduo, pois estes dispõem de acesso fragmentado ao conhecimento e as ações dos demais atores envolvidos no jogo social.[105] Deste modo Fredrik Barth sugere que adotemos como procedimento metodológico a utilização "de modelos de estratégia, não para substituir nossa observação e descrição das tomadas de decisão, mas para aguçá-lo".[106] Por consequência, ao adotar esses cuidados "o modelo nos auxilia na identificação das vinculações de atos alternativos em contextos complexos, e em ver possíveis construções de sentido e de valor que podem ser servidos pelos atos que observamos, e assim facilitar a nossa busca por dados significativos".[107] Portanto, o que estamos argumentando é que no caso específico do Conde de Castelo Melhor conseguimos perceber uma estratégia recorrente de assegurar que os feitos e os sucessos de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza fossem registrados e veiculados, o que não só consolidava sua imagem no cenário cortesão e no imaginário da sociedade portuguesa dos seiscentos, mas também estabelecia uma narrativa de

---

[102] O Conde da Ericeira que intitula essa série de acontecimentos de "Empreza Heróica do Conde de Castelo-Melhor", descrevendo por 13 páginas o desenrolar dos eventos até o resgate do Conde de Castelo Melhor e sua chegada na corte. MENEZES, D. Luíz de (Conde da Ericeira). *História de Portugal... Op. cit.,* tomo I, p. 186-198.
[103] *Ibidem*, p. 199.
[104] DANTAS, Vinícius. A privança no Portugal restaurado. *Ler História,* n. 64, p. 201-214, 2013.
[105] De acordo com a teoria de Barth, "vivemos nossas vidas com uma consciência e um horizonte que não abrangem a totalidade da sociedade, das instituições e das forças que nos atingem" sendo que estes "vários horizontes limitados das pessoas se ligam e se sobrepõem, produzindo um mundo maior que o agregado de suas respectivas práxis gera, mas que ninguém consegue visualizar". BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 137.
[106] BARTH, Frederik. *Process and Form in Social Life:* Selected essays of Fredrik Barth. Vol. 1. London: Routlegde & Kegan Paul, 1981, p. 99. Tradução nossa.
[107] *Idem.* Tradução nossa.

autopromoção que se revela muito efetiva para obter acrescentamentos pessoais e para sua Casa.[108]

Resta ainda tratar de outro caminho para inserção e perpetuação na memória coeva, os elogios fúnebres. Diferente dos gêneros anteriormente descritos esse tipo de narrativa tem pouca ou nenhuma função política evidente, o seu objetivo reside na celebração e enumeração das qualidades e virtudes do fidalgo que faleceu, destacando-o seu exemplo como cristão, vassalo e *pater familias.*

Sobre os *panegíricos* Alcir Pécora indica que eram "genericamente entendidos como *repertório de exemplos*, constituído por discursos de louvores das *qualidades morais dos grandes"*, via de regra eram construídos através de representações narrativas que se proclamavam como verdadeiras e autorizadas, revelando "*diante dos olhos* do leitor, por meio de uma composição assentada na *vivacidade do que se narra*, de tal modo que se imagina *testemunhado pela vista,* no exato *presente* da leitura".[109] Este é o caso do *Panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado* escrito por Juan Lopes Sierra, no qual o autor exorta as qualidades e a atuação do governador-geral até o seu derradeiro momento, ressaltando tanto os aspectos do bom governante quanto do cristão exemplar que sabia bem morrer.[110] O texto do *Panegírico* é dedicado a Antonio de Souza e Menezes, sobrinho do governador que havia passado ao Brasil acompanhando seu tio e seu primo, João Furtado de Mendonça, filho mais novo de Afonso Furtado. Sabemos que o panegírico não foi uma estratégia ativa do governador, mas sim de sua Casa, que buscou acrescentamento através da perpetuação da memória dos feitos de um nobre que faleceu em serviço da monarquia. O acrescentamento dos descentes de Afonso Furtado pode ser verificado em seu filho mais velho, Jorge Furtado de Mendonça, que herdou o título de seu pai;[111] e em seu filho mais novo João Furtado de Mendonça, que obteve através do pai inúmeras oportunidades de serviço e de acúmulo de patrimônio no Estado do Brasil,

---

[108] Não podemos perder de vista que nesta sociedade as demonstrações públicas de poder tinham um espaço central, de modo que "a mercê era em si mesma publicitável; devia ser exibida para garantir honra e poder, não só ao agraciado como ao monarca". OLIVAL, Fernanda. *As Ordens militares e... Op. cit.,* p. 108.

[109] PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart. B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador:* o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 48-49. Grifos no original.

[110] Utilizamos como referência a edição organizada por Stuart Schwartz e Alcir Pécora que contém tanto a transcrição adaptada com estudos introdutórios, como a transcrição paleográfica do manuscrito original: *Idem*. Guilherme Amorim de Carvalho analisou a relação entre a construção da imagem elogiosa do governador-geral falecido e a percepção da sociedade corporativa de Antigo Regime sobre o papel dos governantes. O autor destacou a forma como o panegírico valoriza as ações de Afonso Furtado de Mendonça enquanto governador-geral dedicado e como cristão exemplar que soube seguir a tradição da "arte de bem morrer". CARVALHO, Guilherme Amorim de. *A arte de bem governar para bem morrer: Discurso e lógicas corporativas na América portuguesa (século XVII).* 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília/DF.

[111] Aparentemente não houve um processo de ascensão para Jorge Furtado, sua atuação no serviço régio foi estável e semelhante a de seu pai, pois além do título e das comendas herdados, serviu como General de Artilharia e Governador das Armas da província da Beira, e se casou com uma "alemã" filha do Conde de Hohenloe. GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal.* Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso. Tomo XX. Braga: Pax, 1940, p. 46.

sendo que este posteriormente foi nomeado para o governo da capitania do Rio de Janeiro, mesmo tendo ficado em segundo lugar entre as escolhas do Conselho Ultramarino.[112]

Outro gênero utilizado para estabelecer a memória destes fidalgos foi o sermão fúnebre, descrito em linhas gerais por Francis Cerdan como "un sermón que predica la miséria del hombre pecador sin Dios" ao passo que "también anuncia la esperanza de la salvación nacida de la redención, y la grandeza del hombre salvado em la bienaventuranza de Dios".[113] Para o autor, esse tipo discursivo permitia "exaltar las virtudes del difunto presentado como modelo a los demás mortales".[114] Deste modo, destacamos o *Sermam fúnebre nas exéquias do Senhor Roque da Costa Barreto* de Manuel da Madre de Deus Bulhões, como exemplo deste gênero, que havia se popularizado entre as elites ibéricas no século XVII.[115] Roque da Costa Barreto conseguiu em vida a transmissão de algumas mercês, contudo não teve filhos a quem legar esse patrimônio.[116]

Estes exemplos nos indicam como essa sociedade mantinha relações muito especificas com o tratamento dispensado às cerimônias fúnebres e, por consequência, com a memória dos feitos do defunto. Como vimos esses relatos transcendiam o interesse familiar e privado e se propagavam a fim de alcançar um status público, tanto por suas funções pedagógicas e exemplares para outros nobres, quanto como caminhos para perpetuar a memória de um indivíduo que havia engrandecido a sua Casa através dos serviços ao Rei. Longe de esgotar esta questão, buscamos aqui ressaltar como a leitura dessas fontes nos permite apreender outras estratégias e mecanismos que auxiliaram na construção e consolidação da hegemonia deste grupo tanto no cenário político, quanto nos usos da memória e do legado simbólico obtido ao longo das trajetórias.

Considerações finais

Como temos indicando os governadores-gerais do Estado do Brasil apresentados nesse texto fizeram parte de um grupo central no interior da elite portuguesa. Isso pode ser

[112]. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Fundo Conselho Ultramarino, Série 017, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 1525. Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a nomeação do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, a que eram concorrentes Vitorio Zagallo Preto, João Furtado de Mendonça e Antonio Pereira da Cunha. 11 jan. 1685. João Furtado de Mendonça foi governador do Rio de Janeiro entre 1686 e 1689, e sua trajetória de serviços é descrita por Ross Little Bardwell, que contudo não percebeu que este era filho de Afonso Furtado. BARDWELL, Ross Little. *The governors of Portugal's south atlantic empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*. 1974. Thesis. (Ph. D. in History) – University of California, Santa Barbara, CA, p. 70.

[113] CERDAN, Francis. La oración fúnebre del siglo de oro: entre sermón evangélico e panegírico poético sobre fondo de teatro. *Criticón*, Paris, n. 30, p. 78-112, 1985, p. 86.

[114] *Idem*.

[115] BULHÕES, Manuel da Madre de Deus. *Sermam fúnebre nas exéquias do Senhor Roque da Costa Barreto, do Concelho de Guerra, E Governador que foy no Estado do Brasil*. *Pregado na Real Casa da Misericórdia da Bahia.* Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1699. Disponível em: http://purl.pt/13489. Acesso em: 01 fev. 2019. Sobre o "sermão" como gênero discursivo e seu progressivo destaque durante o século XVII, cf.: CERDAN, Francis. La oración fúnebre... *Op. cit.* p. 80.

[116] ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo, lv. 53, fl. 171. Alvará de lembrança de mais uma vida nas comendas da Granja do Vimieiro e de São Martinho do Soreiro.

verificado em vários níveis: tanto por suas origens familiares como pelas alianças matrimoniais que estabeleceram, passando pelas estratégias de enobrecimento das Casas e pelas nomeações para os principais ofícios militares e administrativos do reino e do ultramar. Isso está em consonância com o que outros estudos apontaram sobre a atuação dinâmica das elites lusitanas, sobretudo no que toca a característica particular do elevado grau de circulação pelas conquistas ultramarinas. De acordo com Nuno Monteiro , "entre os trajetos de circulação imperial diretamente promovida pela coroa, os governadores coloniais constituíam o elemento simbolicamente mais destacado. E a política da coroa de pôr a primeira nobreza a servir nas conquistas deu os seus frutos".[117] Dito de outra forma, a principal base de apoio da nova dinastia (evocando aqui a figura corporativa da nobreza como braço do corpo político) teve um papel fundamental na consolidação e manutenção do poder sobre as conquistas ultramarinas.

Portanto, o perfil delineado até aqui pode ser resumido da seguinte maneira: os governadores-gerais eram fidalgos inequívocos, que se casavam em um grupo igualmente elevado, sobretudo pelo alto grau de endogamia; a maioria destes fidalgos conseguiu a nobilitação, seja em vida ou para os seus descendentes; todos eles possuíam uma larga experiência militar, tanto no reino quanto nas conquistas; a maioria destes oficiais teve assento nos conselhos superiores e ofícios na Casa Real, espaços centrais para o exercício de poder e obtenção de distinção social; os serviços e as estratégias de nobilitação das Casas fizeram com que estes fidalgos se destacassem no imaginário social como personagens ativas nos principais eventos que marcaram a história de Portugal e de suas conquistas no século XVII.

A posição social privilegiada deste grupo assegurava, aos membros que se engajassem no serviço real, diversas oportunidades de ascensão hierárquica e acrescentamento social e material, mas também permitiam que esses vassalos, de modo direto e indireto, adentrassem nos terrenos imateriais da memória construída por seus contemporâneos acerca do período em que viveram. Alguns conseguiram alcançar o status de heróis, tanto pelos feitos de bravura como pelos sucessos militares. Vários destes foram vistos como nobres e fidalgos exemplares, que expressavam diversas das virtudes e das qualidades que se esperavam da fina flor da nobreza portuguesa.

Nesse sentido, uma análise atenta nos permitiu apreender como estas trajetórias definiam posições e atitudes dos governadores-gerais e ainda nos revelou algumas de suas estratégias de acrescentamento social e honorífico. Buscamos demonstrar como a construção e o uso de narrativas permitiu que esses fidalgos perpetuassem a memória de suas ações, cristalizando no imaginário da época os feitos desenvolvidos a serviço do Rei. Essas práticas podem ser entendidas como estratégias de ganhos simbólicos e materiais de ordem individual, na medida em que se convertiam em novas mercês, e de modo complementar, como ações que proporcionavam o acrescentamento social de seus descendentes e a nobilitação de suas Casas.

---

[117] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites... *Op. cit.*, p. 72.

Referências

Fontes

Documentos Manuscritos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Fundo Conselho Ultramarino, Série 017, Rio de Janeiro, cx. 8, doc. 1525. Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a nomeação do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, a que eram concorrentes Vitorio Zagallo Preto, João Furtado de Mendonça e Antonio Pereira da Cunha. 11 jan. 1685.

BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO (BN-RJ)

Setor de Obras Raras, doc. 60B, 3, 34.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

Chancelaria da Ordem de Cristo, lv. 53, fl. 171. Alvará de lembrança de mais uma vida nas comendas da Granja do Vimieiro e de São Martinho do Soreiro.

Chancelarias Régias*,* D. Afonso VI*,* lv. 21, fl. 166 (12 mar. 1663); lv. 25, fl. 221 (14 abr. 1663); lv. 41, fl. 12-12v (16 jul. 1670); fl. 163v (08 jan. 1672); fl. 190-190v (06 abr. 1672).

Chancelarias Régias, D. Felipe III, lv. 3, fl. 136-136v (15 mar. 1622); lv. 26, fl. 119 (26 fev. 1633); lv. 33, fl. 233v-236v (08 out. 1638); lv. 35, fl. 114-116 (23 ago. 1639).

Chancelarias Régias, D. João IV, lv. 14, fl. 90 (18 fev. 1643); lv. 18, fl. 268v (05 ago. 1647); fl. 275v (19 ago. 1647); lv. 19, fl. 231v (18 out. 1646); lv. 25, fl. 88v (30 dez. 1652).

Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, lv. 1, fl. 380. (5 mar. 1689).

Documentos Impressos

ALMEIDA, António de. *La desgracia más felice. Comedia del caso del conde de Castel Melhor, en Indias*. *Oferecida a la señora condesa de Castel Melhor*. Lisboa: Por Pablo Craesbeeck, 1645. Disponível em: http://www.cet-e-seiscentos.com/obras. Acesso em: 08 jun. 2018.

ARAUJO, João Salgado de. *Successos victoriosos del exercito de Alentejo, y relacion summaria de lo que por mar, y tierra obraron las armas portuguesas contra Castilla el año de 643*. Lisboa: Paulo Craesbeck, 1644. Disponível em: http://purl.pt/12518. Acesso em: 28 out. 2018.

BACELAR, António Barbosa. Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto alto, & poderoso Rey D. Affonso VI. em 14. de Janeiro de 1659. contra as de Castella, que tinham sitiado a praça dªElvas... Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck, 1659. Disponível em: http://purl.pt/12516. Acesso em: 28 out. 2018.

Breve Relaçam dos últimos sucessos da guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, & mais praças que os Olandeses occupavão naquele Estado. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

BULHÕES, Manuel da Madre de Deus. *Sermam fúnebre nas exéquias do Senhor Roque da Costa Barreto, do Concelho de Guerra, E Governador que foy no Estado do Brasil*. *Pregado na Real Casa da Misericórdia da Bahia.* Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1699. Disponível em: http://purl.pt/13489. Acesso em: 01 fev. 2019

CALADO, Fr. Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade.* Lisboa: Por Paulo Craaesbeeck, 1648. Disponível em: https://archive.org/details/ovalerosoluciden00cala. Acesso em: 12 abr. 2015.

CARVALHO, Jorge de. *Relação Verdadeira dos Sucessos do Conde de Castel Melhor. Preso na cidade de Cartagena de Índias, & hoje solto, por particular mercê do Céo & favor Del Rey Dom João IV nosso senhor.* Lisboa: [*S.n.*], 1642.

JESUS, Pe. Fr. Raphael de. *Castrioto Lusitano ou Histora da Guerra entre o Brazil e a Hollanda. Durante os annos de 1624 a 1654...* París: J. P. Aillaud, 1844. Disponível em: https://archive.org/details/castriotolusitan00rafa. Acessado em: 12 abr. 2015.

Relaçam diária do sitio e tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará & Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de Campo General do Estado do Brasil & Governador de Pernambuco. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1654. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

Relação dos Sucessos da Armada, que a Companhia Geral do Comércio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649 de que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

Relación de la Victoria que los portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compañia del Brasil em los garerapes a 19 de Febrero de 1649. Traducida del Aleman. Publicada en Viena de Austria. Ano 1649. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* Vol. XX. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899.

Relacion verdadera, y pontual, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el exercito del Rey de Portugal, de que es capitan general Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva... contra el exercito delRey de Castilla, de que era capitan general el Marquez de Caracena, el dia diez y siete de Junio de 1665. con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Olivera, 1665. Disponível em: http://purl.pt/12106. Acesso em: 21 nov. 2016

Bibliografia

ALVES, Renato de Souza. *Carreira e Governação no Império Português do Século XVII: o governo do 1º Conde de Óbidos e 2º vice rei do Estado do Brasil (1663-1667)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas e governação no Império Português: O caso de D. Vasco de Mascarenhas (1626-1678).* 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. Amigos fingidos e inimigos encobertos: O governo geral e a insurreição pernambucana (1642-1645). *Prohistoria,* año XVII, n. 21, p. 27-53, ene.-jun. 2014.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A governação em tempo de guerra: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654).* 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

BARDWELL, Ross Little. *The governors of Portugal's south atlantic empire in the seventeenth century*: social background, qualifications, selection and reward. 1974. Thesis (Ph. D. in History) – University of California, Santa Barbara, CA.

BARTH, Frederik. *Process and Form in Social Life:* Selected essays of Fredrik Barth. Vol. 1. London: Routlegde & Kegan Paul, 1981.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez & latino:* aulico, anatomico, architectonico... Vol. IV. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesú, 1712.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes*. Política, Cultura e Representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

BOXER, Charles. A luta Global com os Holandeses (1600-1663). In: *O Império Colonial Português (1415-1825).* Lisboa: Edições 70, 1981.

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Tempo*, Niterói (RJ), n. 13, p. 13-57, jul. 2002.

CARVALHO, Guilherme Amorim de. *A arte de bem governar para bem morrer: Discurso e lógicas corporativas na América portuguesa (século XVII).* 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília/DF.

CERDAN, Francis. La oración fúnebre del siglo de oro: entre sermón evangélico e panegírico poético sobre fondo de teatro. *Criticón*, Toulouse, n. 30, p. 78-112, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 2002.

COSENTINO, Francisco Carlos C. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português. Governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 33, n. 66, p. 183-207, 2013.

COSENTINO, Francisco Carlos C. Fidalgos portugueses no governo geral do Estado do Brasil, 1640-1702. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, ano 173, n. 456, p. 15-44, 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos C. Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração: guerra e carreira militar. *Varia história,* Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 725-753, jul.-dez. 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII):* Ofício, regimentos, governação e trajetórias*.* São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig. 2009.

COSTA, Fernando Dores. O Conselho de Guerra como lugar de poder: a delimitação da sua autoridade. *Análise social*, v. XLIV, n. 191, p. 379-414, 2009.

COSTA, Fernando Dores. *A guerra da Restauração.* 1641-1668*.* Lisboa: Horizonte, 2004.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (Século XVII). In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *Modos de governar:* Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da. Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica. In: CASALILLA, Bartolomé Yun (org.). *Las Redes del Imperio*: Élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons Historia; Universidad Pablo Olavide, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança (1560-1640):* Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). *O governo dos povos.* São Paulo: Alameda, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII-XVIII. In: MONTEIRO, Nuno G; CUNHA, Mafalda Soares da; CARDIM, Pedro (orgs.). *Optima pars*: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

DANTAS, Vinícius. A privança no Portugal restaurado. *Ler História,* n. 64, p. 201-214, 2013.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Senhores Governadores:* Arthur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. Rio de Janeiro, c. 1697 – c. 1702. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

DISNEY, Anthony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire:* From Beginnings to 1807. Vol. II: The Portuguese Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte:* investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELLIOTT, John H. The Spanish Monarchy and the Kingdom of Portugal 1580-1640. In: GREENGRASS, Mark (ed.). *Conquest and Coalesce:* The shaping of the State in Early Modern Europe. London: Edward Arnold, 1991.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia Pluricontinetal e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 14, n. 27, p. 36-50, dez. 2009.

GAMA, Maria Luísa Marques da. *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado:* Teorização, orgânica e exercício do Poder político na Corte Brigantina. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso. Tomo XX. Braga: Pax, 1940.

GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso. Tomo XXVII. Braga: Pax, 1941.

GOMES, João Pedro. Os portugueses de Cartagena das Índias e a Restauração: O resgate de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor. *Revista 7 mares,* Niterói (RJ), n. 5, vol. 3, dez. 2014.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes:* Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. A administração militar. In: BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno S. (dir.). *Nova História Militar de Portugal.* Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

HESPANHA, António Manuel. O espaço militar. In: BARATA, Manuel T.; TEIXEIRA, Nuno S. (dir.). *Nova História Militar de Portugal.* Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Iustitiam Dare: A Gestão da Monarquia Pluricontinental. Conselhos superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa. (1640-1668)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

MATOS, Gastão de Melo. *Notícias do Terço da Armada Real (1618-1707).* Lisboa: Imprensa da Armada, 1932.

MELLO, Evaldo Cabral de. No panteão restaurador. In: *Rubro veio:* O imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. (revista). São Paulo: Alameda, 2008.

MENDES, Caroline Garcia. As relações de sucesso e os periódicos da Península Ibérica na segunda metade do século XVII: imprimir, vender e aparecer nos materiais de notícias sobre a guerra. *Revista Cantareira,* Niterói (RJ), n. 30, p. 44-57, jan.-jun. 2019.

MENDES, Caroline Garcia. *A circulação e a escrita de cartas do governador geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657-1663).* 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, SP.

MENDES, Caroline Garcia; COSENTINO, Francisco C. "Ele valia um exército...". Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado do Brasil. *LPH. Revista de História,* Ouro Preto (MG), ano 20, n. 20, jan.-jun. 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes*: A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas. *Tempo*, Niterói (RJ), v. 14, n. 27, p. 51-67, dez. 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nomes: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In: MATTOSO, José (dir.). História da Vida Privada em Portugal. Vol. II: A Idade Moderna. Organização de Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos:* A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SALVADO, João Paulo. La administración de los patrimônios de las grandes casas aristocráticas en el Portugal del antiguo Régimen. In: RECIO, Raúl Molina (dir.). *Familia y Economía em los territórios de la Monarquía Hispánica.(SS XVI-XVIII).* Badajoz: Mandalay, 2014.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das capitanias do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755).* 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart. B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador:* o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RAU, Virgínia. Fortunas Ultramarinas e nobreza portuguesa no século XVII. In: GARCIA, José Manuel (org.). *Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime*. Lisboa: Presença, 1984.

RODRÍGUEZ, José Javier R. De la relação a la comedia: La desgracia más felice (1645), de António de Almeida. *Criticón,* Paris, n. 116, p. 63-90, 2012.

SAMPAYO, António Villasboas e. *Nobiliarquia Portuguesa, tratado da nobreza hereditária e política.* Lisboa: [*S.n.*], 1676.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco.* Recife: CEPE, 2004.

SANTO, Gabriel do Espírito. *Restauração:* 1640-1668. Lisboa: QuidNovi, 2008.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1642-1701): apontamentos sobre qualidade social e trajetórias. In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos; RIBEIRO, Mônica da Silva (orgs.). *Impérios Ibéricos no Antigo Regime:* governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte:* Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693).* 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

SARAIVA, Daniel M. P. As janelas da realidade: a função política das relações de sucessos na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668). In: LÓPEZ, Jorge García; CABARROCAS, Sònia Boadas (Coords.). *Las relaciones de sucesos en los cambios políticos y sociales de la Europa Moderna.* Barcelona: Univesitat Autònoma de Barcelona; Servei de Publicacions; Bellaterra, 2015.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du comte-duc Olivares (1621-40):* Le conflit de juridictions comme exercice de la politique. Madrid: Casa de Velásquez, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. A jornada dos vassalos: poder real, deveres nobres e capital mercantil antes da Restauração, 1624-1640. In: *Da América portuguesa ao Brasil:* Estudos históricos. Lisboa: Difel, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. Pânico nas Índias: a ameaça portuguesa ao império espanhol, 1640-1650. In: *Da América portuguesa ao Brasil:* Estudos históricos. Lisboa: Difel, 2003.

SCOTT, Hamish M.; STORSS, Christopher. The Consolidation of Noble Power in Europe, c.1600-1800. In: SCOTT, Hamish M. (ed). *The European Nobilities in the Seventeenth and Eighteenth Centuries.* Volume I : Western and Southern Europe. Palgrave Macmillan, 2006.

SILVA, Kleber Clementino da. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul.* 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743).* 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUSA, D. Antônio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portugueza.* Tomo VII. Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1740.

SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal...* Lisboa: Regia Oficina Sylviana e Academia Real, 1755.

SOUSA, D. Antonio Caetano. *História genealógica da casa real portuguesa*. Livro IX. Lisboa: Academia Portuguesa de História; QuidNovi; Publico, 2007.

SOUSA, D. Antonio Caetano. *História genealógica da casa real portuguesa*. Livro XII. Lisboa: Academia Portuguesa de História; QuidNovi; Publico, 2007.

VAINFAS, Ronaldo; MOTTA, Marcia. Morgadios coloniais entre a nobilitação e o mercado: Trajetória e patrimônio de Francisco Barreto de Menezes, restaurador do Recife. *Revista Maracanan,* Rio de Janeiro, n. 23, p. 123-147, jan.-abr. 2020.

VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal*: Guerra e restauração 1640-1680. Lisboa: Espera dos Livros, 2006.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica*, *1580-1640*. Madrid: Arco; Libros, 2000.

VERSOS, Inês; OLIVAL, Fernanda. Modelos de Nobreza: A ordem de Malta e as três Ordens Militares portuguesas. Uma perspectiva comparada (séc. XVII-XVII). In: RODRIGUEZ, Manuel Rivero (coord.). *Nobleza Hispana, Nobleza Cristiana:* La orden de San Juan. Vol. 2. Madrid: Polifemo, 2009.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.). *Armorial lusitano*: genealogia e heráldica. Colaboração de Antonio Machado de Faria. Lisboa: Enciclopédia, 1987.